

A dinâmica migratória do Paraná: o caso da região Sudoeste ao longo do século XX

Marcos Leandro Mondardo*

O Sudoeste paranaense, ao longo do século XX, teve uma dinâmica migratória em que se podem identificar três períodos distintos de evolução demográfica, por meio de um processo migratório que exerceu papel fundamental na configuração espacial: entre 1900 e 1940, a região exibiu uma população dispersa e rarefeita, circunscrita em torno da econômica de subsistência; de 1940 a 1970, ocorreu a expansão acelerada da fronteira agrícola estadual, que atraiu milhares de trabalhadores e seus familiares de outras partes do país, acarretando, simultaneamente, ocupação e apropriação extensivas e intensivas; entre 1970 e 2000, a inserção do Estado do Paraná no processo de modernização da agricultura, em que o agro se tornou subordinado ao industrial, impôs uma nova divisão social e territorial do trabalho ao Sudoeste paranaense, promovendo uma rápida e drástica diminuição populacional das áreas rurais, o que estimulou vigorosamente a urbanização e provocou a formação de imensas correntes emigratórias que transpuseram as fronteiras estaduais. Com isso, o objetivo desse trabalho é analisar essa dinâmica migratória, configurada em três períodos espaço-temporais, na região Sudoeste paranaense. A partir de trabalho de campo exploratório, feito em 2008, com a realização de entrevistas semiestruturadas, análise bibliográfica, documental e censitária (especialmente em Censos Demográficos), busca-se compreender como se processou, ao longo do século XX, a dinâmica migratória por meio da atração, do reordenamento e da expulsão de população do/no Sudoeste paranaense.

Palavras-chave: Dinâmica migratória. Pequena propriedade. Modernização da agricultura. Industrialização. Sudoeste paranaense.

Introdução

Ao longo do século XX, o Paraná teve uma dinâmica migratória que o distingue da maioria dos estados brasileiros, sendo possível identificar, grosso modo, três períodos distintos de evolução demográfica no Estado, em que o processo migratório

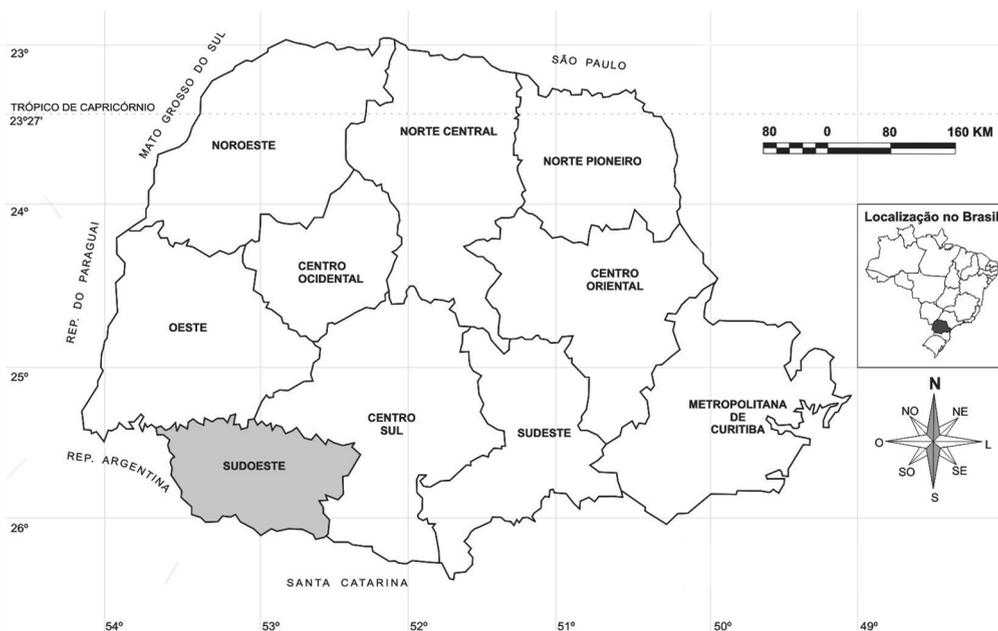
exerceu papel fundamental na configuração e no desenho do território. Entre 1900 e 1940, o Estado apresentava uma população dispersa e rarefeita, que estava circunscrita em torno da econômica de subsistência; de 1940 a 1970, ocorreu a expansão acelerada da fronteira agrícola estadual, que atraiu milhares de trabalhadores e seus familiares

* Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD e doutorando em Geografia pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Professor assistente da Universidade Federal da Bahia – campus de Barreiras.

de outras partes do país, acarretando, simultaneamente, a ocupação e apropriação extensivas e intensivas da região. Ao final desse período, a população paranaense havia mais do que quintuplicado de tamanho, assumindo uma nova distribuição espacial. No momento seguinte, entre 1970 e 2000, a inserção do Paraná no processo de modernização da agricultura, em que o agro se tornou subordinado ao industrial, impôs uma nova divisão social e territorial do trabalho, promovendo uma rápida e drástica diminuição populacional das áreas rurais, o que estimulou vigorosamente a urbanização e provocou a formação de imensas correntes emigratórias que transpuseram as fronteiras estaduais em busca, entre outros, de trabalho, terra e melhores oportunidades de vida.

Com isso, o objetivo do presente trabalho é analisar essa dinâmica migratória, configurada em três períodos espaço-temporais, na mesorregião Sudoeste paranaense¹ (Mapa 1). É importante ressaltar que a escolha da região deve-se ao processo histórico de forte êxodo rural e às mudanças abruptas na dinâmica populacional que passou essa região ao longo do século XX. A partir de trabalho de campo exploratório feito em 2008, com a realização de entrevistas semiestruturadas, análise bibliográfica, documental e censitária (especialmente em Censos Demográficos), busca-se compreender como se processou, durante o século XX, a dinâmica migratória por meio da atração, do reordenamento e da expulsão de população do/no Sudoeste paranaense. Esses movi-

MAPA 1
Localização da mesorregião Sudoeste paranaense



Fonte: Organizado por Marcos Leandro Mondardo.

¹ Fazem parte da configuração regional atual do sudoeste do Paraná, segundo a classificação do IBGE, os municípios de Francisco Beltrão, Pato Branco, Dois Vizinhos, Coronel Vivida, Chopinzinho, Santo Antonio do Sudoeste, Capanema, Ampère, Realeza, Planalto, Marmeleiro, Salto do Lontra, Santa Izabel do Oeste, São João, Nova Prata do Iguçu, Itapejara do Oeste, Barracão, São Jorge do Oeste, Verê, Pérola do Oeste, Renascença, Vitorino, Mariópolis, Enéas Marques, Nova Esperança do Sudoeste, Flor da Serra do Sul, Salgado Filho, Saudades do Iguçu, Bela Vista da Caroba, Cruzeiro do Iguçu, Bom Jesus do Sul, Manfrinópolis, Sulina, Bom Sucesso do Sul, Boa Esperança do Iguçu e Pinhal de São Bento.

mentos populacionais são entendidos no interior dos contextos macroestruturais através das relações de *mediação* entre Estado e mercado, por meio dos projetos geopolíticos e da expansão territorial do capitalismo – como do capital comercial e monopolista, da Marcha para Oeste, da modernização da agricultura e da urbanização/industrialização.

A partir da periodização e/ou empiricização do tempo (SANTOS, 1997; SANTOS; SILVEIRA, 2006), analisa-se a migração para o Sudoeste paranaense de caboclos inseridos no contexto da frente de expansão, entre 1900 e 1940, de gaúchos e catarinenses situados no contexto do projeto geopolítico Marcha para o Oeste, entre 1940 e 1970, e de “paranaenses” incluídos no contexto da modernização da agricultura, da urbanização/industrialização que redesenhou a região e configurou uma mobilidade para além das fronteiras estaduais, entre 1970 e 2000.

A ampliação territorial da frente de expansão: a migração cabocla para o Sudoeste paranaense – 1900 a 1940

O Sudoeste do Paraná é uma região singular quanto à sua dinâmica populacional. Até o final do século XIX e início do XX, a população era pouco numerosa, sendo que a maior proporção do contingente demográfico residia em áreas rurais e vinculava-se economicamente às atividades de extração da erva-mate, da madeira e da pecuária extensiva, além da produção para subsistência.

Por isso, a “primeira” corrente migratória de povoamento e re-ocupação² para o Sudoeste paranaense foi a mobilidade de caboclos. A partir de entrevistas realizadas com filhos e netos de caboclos no município de Francisco Beltrão, em 2008 (MONDARDO, 2009), constatou-se que alguns destes sujeitos vieram de Palmas, no Paraná, município próximo ao Sudoeste paranaense e que, neste período, continha uma população relativamente grande (aproximadamente 5 mil habitantes) para o contexto histórico-geográfico. Também dos Estados do Rio

Grande do Sul e de Santa Catarina vieram muitos desses migrantes. É interessante ressaltar o modo como vinham – lembrando como os índios e bandeirantes percorriam seus itinerários pelo interior do Brasil (BASTIDE, 1976; CÂNDIDO, 1977) – pois, através de picadas e de fontes de água, os caboclos se locomoveram em meio à mata, que nesta época era densa, especialmente no Paraná.

A partir de alguns depoimentos coletados na pesquisa de campo, foi possível constatar algumas “raízes” dessa migração:

A minha mãe foi criada numa fazenda lá em Palmas. Minha avó morô tempo na fazenda lá. A minha bisavó era escrava. (...) Eram empregado da fazenda de gado, de mula, de cavalo. (...) Minha bisavó morreu com cento e quinze anos. Quando os fazendeiro pegaram ela, era no tempo que tinha escravo, daí ela ficou lá na fazenda, morou lá até morrer. Teve os filhos, tudo, nas casas de taipa, tudo de pedra. (...). Era só escravo. (...) Teve alguns destes que vieram prá... Teve muita gente que morava na fazenda e que veio pra cá. (...) Os negro ficavam mais encuralado nos lugar mais escondido, tinha medo, né? Da população. Aquele tempo era escravo, né? Escravo não poderia ter contato com outro. (...) Antigamente era assim, o avô sempre contou. (...). A maioria morreu. Moravam em Marmeleiro, em Palmas, em [Francisco] Beltrão. A maioria foram embora, né? Quando começaram a se libertá, a maioria procurava cada vez ir mais longe, né? Mas, muitos morreram (Ione Sâmão Lopez).

Meu pai veio de Palmas, veio de lá por picada, chegou primeiro em Marmeleiro, depois de dois anos veio pará em [Francisco] Beltrão (...) Minha avó era escrava nas fazenda em Palmas, trabalhava numa fazenda de gado grande que tinha lá (Amélia Maria Santos).

Veio do Rio Grande do Sul, não lembro o nome do lugar lá. Mas meu pai veio no início da ocupação pra cá. (...) Era tudo mato, sertão, sabe? Veio por carrero, picada com cavalo e se instalou por aqui, (...) aqui mesmo em [Francisco] Beltrão, má naquela época nem era chamado de Marrecas ainda. Não tinha ninguém quase aqui (Alcides Sestempf).

Foram vindo de Santa Catarina. Vinha pelo meio do mato até chegar aqui. (...) Diz que chegavam num lugar que tinha água e diziam que era ali que iam ficar. Foi pelas encostas

² Utilizamos re-ocupação para não esconder que no Sudoeste paranaense existiam, nesse período e antes dele, indígenas vivendo nesse espaço.

de rio, quando chegaram aqui naqueles tempo (Paula Faria).

Meu avô lidava em fazenda de gado no Rio Grande [do Sul], era peão; aí, diz que ele tinha muita vontade de ter terra, até que resolveu sair de lá e procurar um lugar que tinha terra; (...) diz que saiu de lá só com uma mala e um cavalo e veio vindo, aí, chegou aqui pro Paraná; aqui era só mato e tinha muita terra; se embrenhou pelos mato, no interior de [município] Dois Vizinhos; má aquela vez isso aqui era bem diferente; ele contava pra nós que isso só tinha mato e muita caça (Pedro Mariano Bandeira).

Esses migrantes (tratados genericamente como caboclos) eram, principalmente, antigos ocupantes do espaço das fazendas, peões, agregados, em sua maioria ex-escravos, estancieiros e/ou fazendeiros empobrecidos que, excedentes nesses espaços de latifúndio, deslocaram-se pelas matas em busca de alternativas à sobrevivência, em busca de recursos, terras, ou, numa perspectiva ampla, à procura do território para sua reprodução. Em uma sociedade polarizada e com o trabalho desvalorizado do “nacional”, que era como se configurava o Brasil nesse momento histórico (COSTA, 1982; NAXARA, 1998; KOWARICK, 1994), a alternativa para estes sujeitos foi a procura por territórios ainda pouco explorados e, portanto, por terras (ainda) livres da lógica da dominação capitalista e da “civilização moderna”.

Outros estudos realizados sobre esta questão também auxiliam a construir os lugares de origem dessa mobilidade espacial. A partir de alguns autores que pesquisaram sobre a temática, sistematizamos os lugares apontados como os de origem dessa migração para o Sudoeste paranaense, entre 1900 e 1940:

- do Paraná, vieram peões e agregados das fazendas dos municípios de Palmas, Clevelândia e Guarapuava. A mão de obra empregada nessas fazendas, que era grande, passou a se tornar escassa. A partir de 1900, essas fazendas tornaram-se incapazes de absorver o próprio crescimento vegetativo da população. Parte dessa população, que o sistema latifundiário não mais comportava, foi ocupar o Sudoeste paranaense (CORRÊA, 1970a; ABRAMOVAY, 1981; WACHOWICZ, 1987);
- de Santa Catarina, vieram posseiros expulsos e/ou expropriados da Guerra do Contestado³ (BONETI, 1998; ABRAMOVAY, 1981; WACHOWICZ, 1987). Muitos foram os caboclos “expulsos das zonas onde se processava a colonização, e neste caso o melhor exemplo é fornecido pelo Vale do Rio do Peixe na década de 1910, quando a ferrovia que atravessava o vale colonizou as terras marginais aos trilhos, já ocupadas por uma população luso-brasileira” (CORRÊA, 1970a, p. 88);
- do Rio Grande do Sul, vieram “fazendeiros empobrecidos” e agregados, “em particular das zonas de campo e mata do planalto, de Soledade, Candelária, Passo Fundo e Palmeiras das Missões”⁴ (CORRÊA, 1970a, p. 87);
- do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e de Corrientes (Argentina), vieram “foragidos da Justiça”⁵ (BONETI, 1998; CORRÊA, 1970a; WACHOWICZ, 1987);
- da Argentina e do Paraguai, vieram exploradores de erva-mate e caça-

³ A Guerra do Contestado foi um conflito entre Paraná e Santa Catarina, ocorrido entre 1912 e 1916, que tinha como mote as disputas por um “território litigioso” entre as duas províncias. Após decisão judicial, esse território conflituoso passou a ser possessão catarinense (CARNEIRO, 1995).

⁴ Muitos dos caboclos, no Sudoeste paranaense, poderiam ser também, a partir desse fluxo migratório, descendentes de alemães, italianos e poloneses que viviam “integrados” à natureza e eram considerados pobres. Nesse território, o caboclo passou a ser sinônimo de uma determinada maneira de viver, de certas relações sociais que se estabeleciam. Waibel (1949, p. 181), por exemplo, afirma que no Sul do Brasil, “especialmente nas áreas montanhosas, de povoamento antigo e nas regiões remotas, muitos colonos alemães, italianos, polacos e ucranianos tornaram-se verdadeiros caboclos, gente extremamente pobre, com muito pouca ou nenhuma educação e vivendo nas casas mais primitivas”.

⁵ Boneti (1998, p. 87) faz uma ressalva, na medida em que a “explicação simplista de que os primeiros ocupantes embrenhavam-se nas matas do Sudoeste porque temiam a justiça pode ocultar o verdadeiro motivo que levou os caboclos para o Sudoeste, ou seja, a busca por novos espaços de sobrevivência”.

dores de animais (BONETI, 1998; LAZIER, 1998; WACHOWICZ, 1987).

Corrêa (1970a) caracterizou esse movimento migratório como o de uma “fronteira em marcha”. Compreendemos que essa fronteira reportava-se à expansão territorial de um modo de vida peculiar, ligado à caça, à pesca e à coleta, mas que apontava, também, a expansão territorial das relações capitalistas, do mercado, de uma agricultura extensiva, da criação e comercialização de alguns animais, especialmente suínos.

Por isso, o caboclo chegava no Sudoeste do Paraná e se fixava em um pedaço de terra como posseiro. Esse fenômeno se insere no interior de um movimento mais amplo, o da expansão da “sociedade nacional” sobre o território brasileiro. De acordo com Wachowicz (1987, p. 69), “O caboclo no sudoeste paranaense fez o papel histórico de componente dessa frente da frente pioneira. Ele pertencia a essas camadas não hegemônicas da sociedade”.

O deslocamento progressivo das “frentes de expansão” foi um dos modos pelos quais se deu o processo de reprodução ampliada do capital, isto é, o modo da sua expansão e expressão territorial, econômica e demográfica. Martins (1982, p. 75) ressalta que “através do deslocamento de posseiros é que a sociedade nacional (...) se expande sobre territórios tribais. Essa frente de ocupação territorial pode ser chamada de frente de expansão”. A figura do posseiro, por isso, é própria desta frente de expansão.

Na frente de expansão as relações socioespaciais fundamentais não são determinadas pela produção de mercadorias, pois a apropriação das condições de trabalho, ou seja, da terra não se realiza como empreendimento econômico. O caráter de produção na frente de expansão é de excedente de produto. Segundo Martins (1975), o excedente é o artigo que adquire valor de troca porque há condições para sua comercialização e não porque tenha entrado nas relações de troca como resultado da divisão do trabalho. Por isso, nessa frente, as condições de vida dos posseiros e/ou ocupantes são reguladas pelo grau de fartura e não pelo nível de riqueza.

Nesse sentido, a partir desses fluxos migratórios, a população do Sudoeste paranaense, que em 1900 era constituída por um pouco mais de 3.000 pessoas (WACHOWICZ, 1987), aumentou para 6.000 habitantes, em 1920, tendo densidade demográfica de 0,5 habitante por quilômetro quadrado (CORRÊA, 1970a). Esse movimento migratório se fazia por meio da predominância dos homens em relação às mulheres; entretanto, com o decorrer do tempo, a proporção entre os sexos se apresentou mais equilibrada devido ao predomínio da “imigração familiar”: “em 1920 havia 118 homens para 100 mulheres (144 na faixa de 21 a 49 anos), enquanto em 1940 havia 106 homens para 100 mulheres, num total de 23.000 pessoas” (CORRÊA, 1970a, p. 90).

Os dados também indicam crescimento do número de pessoas na região nesse período de 40 anos: tendo um pouco mais de 3.000 pessoas em 1900, a população do Sudoeste paranaense aumentou, sobretudo pela migração, para 23.000 habitantes, em 1940 (caboclos, em sua grande maioria). Ou seja, a migração cabocla proporcionou o deslocamento de um significativo contingente de pessoas para esse “território” e, posteriormente, para sua transformação por meio de usos, apropriações e dominações.

Até a década de 1940, a quase inexistência de meios de comunicação interligando o Sudoeste ao restante do Estado foi um dos motivos que tornou essa região desconhecida e pouco povoada. As atividades econômicas, devido à precariedade com que eram feitas, não atraíam contingentes maiores de população, não conseguindo dinamizar, do ponto de vista econômico e demográfico, esse espaço. Mas esse quadro foi alterado no período seguinte, como será analisado a seguir.

A expansão acelerada da fronteira agrícola paranaense: a migração gaúcha e catarinense para a região Sudoeste – 1940 a 1970

O período de 1940 a 1970 foi marcado por um movimento migratório intenso e acelerado de expressivos contingentes de gaúchos e catarinenses para o Paraná,

especialmente para a região Sudoeste. Houve, naquele momento, uma ocupação e apropriação do território em um impressionante movimento de expansão territorial pela consolidação da fronteira agrícola sudoestina. Entretanto, em paralelo ao vertiginoso crescimento da população rural, articulavam-se a proliferação e a expansão de muitos núcleos urbanos, que nasciam para dar suporte às atividades agrícolas crescentes.

Segundo Magalhães (2003), o Sudoeste do Paraná foi a terceira frente de expansão populacional formada, principalmente, por colonos provenientes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, voltados à policultura alimentar e à pecuária suína. O processo de colonização desta região desenhou uma estrutura fundiária marcada pela presença da pequena propriedade familiar.

Essa mobilidade ocorreu, segundo Souza (1980, p. 61), por dois fatores, fundamentalmente. Primeiro, por volta de 1940, iniciaram-se no Rio Grande do Sul, por um lado, um intenso processo de minifundização decorrente do sistema de subdivisão das terras por herança familiar e, por outro, a ampliação de grandes propriedades dedicadas à pecuária, gerando um excedente populacional agrícola em busca de oportunidades de sobrevivência em outras áreas. Esse fluxo populacional gaúcho, acrescido de agricultores oriundos de Santa Catarina, era quase totalmente constituído por pessoas de origem italiana, alemã e polonesa que, na maior parte das vezes, dispunham de algum recurso financeiro (oriundo da venda da terra nesses estados) e de instrumentos de trabalho para assegurar a instalação da propriedade no meio rural paranaense.

Essa primeira leva de imigrantes sulistas se instalou, portanto, em grande medida, em áreas rurais nas regiões Sudoeste e Oeste do Paraná, formando pequenas propriedades baseadas no trabalho familiar e dirigindo a produção para lavouras de subsistência, em sua maioria, cereais e criação de suínos (LAZIER, 1998). Todavia, a região Sudoeste continuava se ressentindo da inexistência de estradas e disponibilidade de infraestrutura urbana. O baixo dinamismo da região

começou a mudar a partir das décadas de 1950 e 1960.

Já o segundo fator de atração populacional foi a criação, em 1943, da Colônia Agrícola Nacional General Osório – Congo, no Sudoeste paranaense, que se configurou, por meio do projeto geopolítico do governo Getúlio Vargas, na chamada *Marcha para Oeste*. Esse projeto procurava, entre outros objetivos, mobilizar significativos contingentes populacionais para “ocupar” os denominados, política e ideologicamente, “espaços vazios” no território brasileiro, visando implementar uma agricultura racional e moderna e integrar espacialmente o corpo geográfico do Brasil (MONDARDO, 2009).

Como considera Lenharo (1986a, p. 10), a *Marcha para Oeste*, parte integrante do projeto colonizador e de “nacionalização” das fronteiras brasileiras pelo Estado Novo (1937-1945), era um programa que envolvia governos estaduais, políticos regionais, empresas locais e, principalmente, *pessoas* que se dispusessem a *migrar* para áreas consideradas despovoadas ou semipovoadas. O projeto pretendia, segundo esse historiador, a “conquista do corpo geográfico do país” por meio de “uma política de colonização marcada pela intenção da conquista territorial e da integração espacial do país” (LENHARO, 1986b, p. 13), sendo necessário, para tal objetivo, um forte estímulo à mobilidade espacial da população (OLIVEIRA, 1999).

Por isso, para Getúlio Vargas (1944, p. 117), o objetivo era “prender o homem ao solo, o que somente se consegue transmitindo-lhe o direito de domínio [da terra]. Quem labora e cultiva a terra, nela deposita a sementeira e alicerça a casa – abrigo da família – deve possuí-la como proprietário”. Fixar o homem ao solo foi desse modo um dos grandes estímulos para que muitas pessoas migrassem: a promessa de tornar os trabalhadores proprietários de terra vinculava-se à necessidade de motivá-los a *migrarem* para novas áreas “pouco povoadas” para “desbravá-las”, promovendo, pela expansão e integração territorial, o “desenvolvimento”, sobretudo econômico, do país.

Buscando, portanto, orientar os fluxos migratórios, o projeto *Marcha para Oeste* objetivava criar, acima de tudo, um “*novo trabalhador rural brasileiro, ordeiro, produtivo, voltado para o lucro, distante do seu meio natural, da sua tradição e do seu passado*” (LENHARO, 1986a, p. 14, grifo nosso), sendo necessárias, para isso, a instalação e a localização de Colônias Agrícolas Nacionais em faixas de terra do Brasil que fazem fronteira com outros países, pois:

As Colônias Agrícolas Nacionais, a menina dos olhos da política de colonização do Estado, foram planejadas de modo a se submeterem a uma administração centralizada e permanecerem subordinadas diretamente ao Ministério da Agricultura. Estruturadas em pequenas propriedades, seus lotes deveriam ser distribuídos preferencialmente para trabalhadores brasileiros sem terras – um dos recursos pensados para resolver esse grave problema social. *A localização das colônias por si só explica a finalidade da organização de sua produção* (LENHARO, 1986a, p. 47, grifo nosso).

Inserida no projeto político ideológico da *Marcha para Oeste* – no Sudoeste do Paraná, em 1943, pelo Decreto nº 12.417, de 12 de maio –, Getúlio Vargas criava a Colônia Agrícola Nacional General Osório – Cango. O decreto de criação da Cango, em seu art. 1º, estabelecia que:

Fica criada a Colônia Agrícola Nacional General Osório, no Estado do Paraná, na faixa de 60 quilômetros de fronteira, na região de Barracão, Santo Antônio, em terras a serem demarcadas pela Divisão de Terras e Colonização, do Departamento Nacional de Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura.

Parágrafo único. A área a ser demarcada não será inferior a 300.000 hectares (RELATÓRIO DA CANGO, 1942, p. 1).

Apesar de o decreto de criação da Colônia Agrícola referir-se a 1943, a mesma só começou a atuar efetivamente no Sudoeste paranaense em 1948; primeiro, a Colônia se instalou provisoriamente no povoado de Pato Branco com um escritório, para depois começar a abertura da estrada até o lugar onde seria fixada e construída a sede, na Vila Marrecas, futuro município de Francisco Beltrão.

Esse projeto colonizador, aliado às condições difíceis de reprodução dos agricultores no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, atraiu grandes contingentes de gaúchos e catarinenses para o Paraná (PADIS, 1981). No início dos anos 1950, segundo Feres (1990), a maior parte das terras da região Sudoeste do estado havia sido comercializada, tornando-se propriedade privada, mesmo que muitas ainda sem o título de propriedade, o que aconteceu, posteriormente, na década de 1960, com a criação do Grupo Executivo de Terras do Paraná – GETSOP.

Assim, nesse período, deslocavam-se para o Sudoeste paranaense, além de *colonos*, profissionais urbanos (médicos, dentistas, açougueiros, farmacêuticos, comerciantes, professores, operários, entre outros) para trabalhar nas diversas funções que foram surgindo e/ou necessitando com a formação de aglomerados urbanos. A migração ocorreu, em grande medida, de *colonos* para o campo, mas também contou com trabalhadores urbanos para a formação, num primeiro momento, de povoados e, posteriormente, de cidades. Nesse sentido, “virão para o sudoeste paranaense não só agricultores, mas habitantes das cidades gaúchas – e de outros pontos do país – cuja capacitação profissional ia do pequeno comerciante, prestador de serviços, até os profissionais liberais, de formação universitária” (PADIS, 1981, p. 172).

Conforme Padis (1981, p. 171), as transformações na estrutura fundiária do Rio Grande do Sul, que penalizaram as propriedades de tamanho médio, definiram um processo acelerado de minifundização e, ao mesmo tempo, de reforço das grandes estâncias, liberando grandes volumes de população que, perfazendo algumas etapas migratórias, encontrou na farta disponibilidade de terras da região Sudoeste (mas, nem sempre de fácil acesso, pelas disputas e tensões inerentes ao processo) a possibilidade de reproduzir sua condição de produtores rurais. Além da grande oferta, o preço das terras, via de regra, permitia aos novos colonos a aquisição de propriedades que, na maioria com 10 a 20 hectares, possuíam, muitas vezes, o dobro ou o triplo do tamanho de suas antigas

áreas nos estados de origem. Apesar disso, a força de trabalho alocada na produção costumava ser apenas a familiar.

As condições topográficas do Sudoeste, por sua vez, em muito se assemelhavam às das regiões de origem dos imigrantes, induzindo a reprodução, em terras paranaenses, de práticas e atividades econômicas que anteriormente desenvolviam em regiões gaúchas e catarinenses. O relevo do Sudoeste paranaense é bastante acidentado, marcado pela presença de vales e morros, o que dificultou sobremaneira a mecanização das lavouras. Assim, condicionadas a um sistema simples de produção, as famílias se dedicavam à criação de rebanhos suínos e a lavouras de trigo, milho, arroz, feijão e mandioca.

Hábitos e costumes igualmente foram preservados, porque a origem ítalo-germânica dos recém-chegados embasava fortes tradições de geração para geração e essas comunidades mantiveram-se praticamente “isoladas” do restante do estado até o final dos anos 1960, em função da escassez de meios de comunicação e de transporte na região. Além disso, por serem, na maioria das vezes, descendentes de italianos e alemães, mantiveram costumes e práticas culturais pelas coesões internas dos grupos. O fator de “isolamento” e/ou distâncias, aliás, também explica, em parte, a prolongada fase de produção quase que exclusivamente para subsistência dessas unidades agrícolas, situação que perdurou praticamente até a década de 1960.

A Cango constituiu, nesse sentido, uma *ruptura* com o período anterior dominado e apropriado pelos caboclos; iniciou-se uma *nova geografia*: aquela dos migrantes gaúchos e catarinenses. O crescimento populacional, por exemplo, da Vila Marrecas, desde a chegada da Cango, em 1947, até a posterior criação do município de Francisco Beltrão, em 1951, e seu aumento populacional ocasionado pela migração até 1956, segundo Rubens Martins (1986), ocorreu na seguinte proporção: em 1947, eram 467 famílias e 2.529 habitantes; em 1948, 886 famílias e 4.956 habitantes; em 1949, 1.068 famílias e 6.045 habitantes; em 1950, 1.440

famílias e 7.147 habitantes; e, em 1956, 2.725 famílias e 15.284 habitantes.

Esses dados indicam uma *forte* ascensão no crescimento populacional do povoado ao município. O número de famílias, no período 1947-1956, cresceu 583% e o de habitantes aumentou 604%! Um acréscimo populacional expressivo na medida em que estes dados se referem, apenas, àqueles/as (migrantes) que estavam cadastrados “*legalmente*” na Colônia. Como ressalta Rubens Martins (1986, p. 55):

em 1948 a população oficialmente reconhecida – não computados os invasores da gleba, em número supostamente reduzido – era de 4.956 habitantes, [destes], 886 (17,87%) constituíam os cabeças da família e 4.070 (82,12%) seus dependentes; 1.245 (25,12%) sabiam ler e escrever [e] 3.711 (74,87%) eram constituídos de analfabetos e de crianças em faixa etária ainda distante da escolaridade.

Os passos da re-ocupação no Sudoeste paranaense começaram a ser definidos a partir das ações governamentais, com a mobilização de um grande contingente populacional em direção ao longo da fronteira Oeste do Brasil. Este processo começou a ser implementado a partir de meados de 1940 e apresentou características próprias, pautadas na fixação definitiva de núcleos coloniais e urbanos, dando ênfase ao estabelecimento de comunidades (muitas vezes étnicas, como, por exemplo, descendentes de italianos, alemães e poloneses) organizadas em vilas e cidades.

Grande parte do contingente de migrantes veio do Rio Grande do Sul, onde a perda de população foi intensa na década de 1940.

Em 1949 o saldo migratório era desfavorável ao Rio Grande do Sul em cerca de 155.746 pessoas, [pois] Muitos pequenos proprietários (...) venderam seus lotes coloniais e se deslocaram em direção ao Sudoeste do Paraná para reproduzir, nesse Estado, uma economia camponesa semelhante à gaúcha, [contudo], em terras mais férteis e mais próximas do Centro do país, conquistando parte do mercado nacional no momento seguinte (FERES, 1990, p. 499).

A escassez de terras no Rio Grande do Sul fez com que os migrantes reduzissem o peso demográfico sobre a “área esgotada”, vendendo (ou sendo forçados a vender) suas propriedades e encorajando-se a se reproduzir em outra fronteira: o Paraná.

Para se ter uma noção quantitativa da intensidade deste fluxo migratório, a população do Sudoeste do Paraná passou de 76.376 habitantes, em 1950, para 230.379 habitantes, em 1960, com 59% dessa população (119.787 pessoas) na área rural. A taxa de crescimento populacional no Brasil, nessa mesma época, era de 3,12%, a do Estado do Paraná correspondia a 7,23% e a do Sudoeste era de 12,4% (FERES, 1990). Segundo Martins (1986b, p. 138), o Paraná experimentou uma taxa de crescimento anual de sua população de 5,62%, entre 1940 e 1950, 7,22%, de 1950 a 1960, e 5,00%, entre 1960 e 1970. A mobilidade gaúcha e catarinense, nesse período, tinha como principal lugar de destino o Paraná.

Para Wachowicz (1987), foi em 1954 e 1955 que se iniciou o grande afluxo de migrantes para o Sudoeste paranaense. O migrante *gaúcho* acelerou sua participação, tornando-se *majoritário*. Entretanto, essa corrente migratória procedente do Sul do país, formando uma frente pioneira da colonização, não ficou restrita ao referido recorte espacial. Ela atravessou o Rio Iguaçu e foi colonizar também as terras do Oeste paranaense. A geógrafa Lysia Bernardes (2007, p. 155), estudando o avanço das frentes pioneiras no Paraná, considera, por exemplo, que a população do Sudoeste paranaense é, em sua maior parte, originária das zonas coloniais do Rio Grande do Sul e também de Santa Catarina, destacando-se os *elementos de origem italiana*, que representam cerca de 60% do total.

Neste contexto, esse *fluxo migratório* para o Sudoeste do Paraná dirigido pelo Estado foi chamado de *frente pioneira*. Para Martins (1997, p. 153), a frente pioneira é mais do que o deslocamento da população sobre *territórios novos*. Ela é caracterizada também pela “situação espacial e social que convida ou induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida, à mudança social”. Essa concepção de frente

pioneira explicita a criação do *espaço novo*, da nova sociabilidade fundada no *mercado* e na *contratualidade* das relações sociais. A terra torna-se mercadoria e a figura do pioneiro é central nesse movimento.

Para Magalhães (1996, p. 23), a integração e a dinamização do Sudoeste paranaense tiveram início nos últimos anos da década de 1950, com os primeiros esforços para implantação de um sistema viário que, conjugado à capacidade técnica dos produtores e à boa qualidade dos solos, viabilizou e impulsionou a produção de excedentes para comercialização. Aos poucos, a renda monetária de parte da população foi se elevando, o mercado se ampliando, o comércio se expandindo. Novos capitais acorreram à região e as propriedades agrícolas se formaram, principalmente, em áreas ainda “não ocupadas”. Cidades proliferaram por vários lugares a um ritmo *rápido*.

Conforme Magalhães (1996, p. 23), o mesmo processo que produziu a acelerada expansão e a consolidação da fronteira agrícola no Paraná, marcada pela presença de um grande número de pequenos estabelecimentos e por uma estrutura de posse da terra relativamente desconcentrada, condicionou o notável crescimento demográfico estadual, cujo ritmo superou em muito a média nacional entre 1940 e 1970. Ao final desse período, a população paranaense havia mais do que quintuplicado em relação ao número de habitantes registrado em 1940. Porém, essa configuração da dinâmica populacional teve sua ordem alterada a partir da década de 1970, como será analisado a seguir.

A redistribuição espacial da população paranaense: da modernização da agricultura às migrações na região Sudoeste – 1970 a 2000

A partir de meados da década de 1960, ocorreu a implantação de um novo modelo agrícola nacional de produção, subordinado ao padrão de acumulação capitalista do setor industrial e, conseqüentemente, vinculado ao pacote tecnológico que alterou radicalmente o processo produtivo do

Paraná, notadamente as relações de produção do setor agropecuário. Em poucos anos, uma verdadeira revolução tecnológica suscitou transformações econômicas e sociais em profundidade no estado e, por extensão, na região Sudoeste, cujos efeitos se fizeram sentir de forma contundente sobre a dinâmica de crescimento e de redistribuição espacial da população. De uma região receptora que absorvia grandes fluxos migratórios, o Sudoeste – bem como relativamente todo o estado do Paraná – passou, em pouco tempo, a constituir uma região expulsora de população, num processo acentuado e acelerado de êxodo rural.

Como considera Magalhães (2003), a modernização tecnológica das atividades agrícolas, ditada sob a hegemonia do processo de acumulação capitalista do setor industrial brasileiro, introduziu transformações substantivas na estrutura produtiva da agricultura paranaense e detonou um intenso êxodo rural em várias regiões do estado. O Paraná, na década de 1970, passou por transformações na divisão social e territorial do trabalho, com repercussões profundas sobre a dinâmica populacional. Um dos processos mais evidentes dessas transformações foi a espetacular reversão da tendência de crescimento populacional observada nos períodos anteriores.

Por isso, no Paraná, a partir da década de 1970, se processou um novo *momento de transição* da dinâmica populacional, com fortes repercussões sobre os movimentos migratórios. Delineou-se um momento histórico mais *rápido* e intenso de transformações espaciais. Foi quando forças econômicas e políticas, especialmente aquelas ligadas à “modernização conservadora da agricultura” (GRAZIANO DA SILVA, 2002) e à industrialização/urbanização (SANTOS; SILVEIRA, 2006), passaram a comandar a produção do território por meio de seus novos atores, com forte impacto sobre a mobilidade espacial da população.

Conforme Santos e Silveira (2006, p. 49), “os anos 70 são também um marco na modernização da agricultura, no desenvolvimento do capitalismo agrário, na expansão das fronteiras agrícolas” e

“na intensificação dos movimentos dos trabalhadores volantes – os bóias-frias”. Da *união* entre a ciência e a técnica, difundiram-se e configuraram-se, no território brasileiro, novos e poderosos recursos da informação com o período da globalização, sob a égide do mercado global financeiro. O mercado, aliás, devido à fusão da ciência, da técnica e da informação, tornou-se global(lizado). O território brasileiro, deste modo, ganhou (desigualmente) novos conteúdos, novas relações, novos usos, apropriações e dominações graças não apenas às enormes possibilidades da produção, mas, sobretudo, às novas possibilidades de circulação dos insumos, dos produtos, do dinheiro, das ideias, das informações e das ordens e, em grande medida, às *possibilidades de mobilizar e imobilizar* os homens e mulheres pelo e no espaço.

Para o Ipardes (1983, p. 5), no “desenvolvimento recente da agricultura do Sudoeste do Paraná dois fenômenos constituem sua expressão mais concreta: a modernização e a migração”. A modernização da agricultura inscreveu a implementação de recursos na agricultura – recursos técnicos de máquinas e insumos –, que resultaram no aumento de produtividade do trabalho, no produto padronizado e na melhor previsibilidade da produção, fatores que passaram a garantir maior rentabilidade agroindustrial. Neste processo, também ocorreu a transformação da estrutura produtiva, fundiária e *da força de trabalho* exigida pelo *novo* modelo agrícola de “desenvolvimento”, o que acarretou, no Sudoeste paranaense e em Francisco Beltrão, a *expulsão* de inúmeros agricultores do campo.

A década de 1970 marcou também a *crise* territorial com o “fechamento” da *fronteira* colonial do Sudoeste paranaense pelo *esgotamento* das terras que foram ocupadas pelos migrantes gaúchos e catarinenses, pelo crescimento vegetativo da população que provocou o fracionamento excessivo das propriedades e pela valorização das terras. Esse processo migratório, no entanto, já começava a se delinear desde a década de 1960, como considera Feres (1990, p. 502), pois já vinha sendo desenhada a consolidação

territorial de um modelo produtivo por meio da “cristalização da fronteira camponesa”, isto é, a fronteira agrícola não conseguia absorver mais população, nem mesmo o seu crescimento populacional vegetativo. A *crise territorial* que desencadeou inúmeras transformações, entre elas a desterritorialização e as migrações, ocorreu “em torno do problema da propriedade da terra”.

Na década de 1950, o Sudoeste recebera cerca de 150.000 colonos (12,1 hab/km²). Em 1960, sua população já alcançava 340.000 habitantes (19 hab/km²). 50% do total das terras já estavam ocupadas, restando ainda 20% como reserva de ampliação. Com um índice de crescimento demográfico elevado, a região, ao fim da década de 60 atingia seu ponto de saturação. Isto levará a planificação regional a pleitear para a década de 70 uma mudança no binômio terra-trabalho, como base da exploração econômica regional, para uma concepção de desenvolvimento mais ampla, em que a combinação tecnologia-capital, deveria receber maior ênfase na intensificação da exploração agrícola (FERES, 1990, p. 521).

Houve uma *mudança gestada* desde a década de 1960 no padrão tradicional de ocupação, devido, principalmente, ao sistema territorial de colonização baseado na pequena propriedade, implantado pelo Estado Novo, desde os anos 1940. Conforme considera Feres (1990, p. 525), o que se delineou em todo Sudoeste paranaense foi o aumento, pelo *fracionamento*, das pequenas e médias propriedades. A expansão da pequena propriedade não decorreu a partir do fracionamento de grandes propriedades, mas sim pelo processo já verificado anteriormente no Rio Grande do Sul, de *subdivisão* das terras das pequenas propriedades destinadas à exploração familiar, oriundas de herança e situadas no interior da reprodução de um modo de vida de subsistência vinculado ao campo. Já no final da década de 1960, pelo aumento do afluxo de colonos, esse padrão colonial sofreu o mesmo processo de subdivisão das propriedades. Também entravam em crise, na região Sudoeste, a produção e a organização territorial baseadas na pequena propriedade familiar, devido à pressão demográfica e à subdivisão das

terras que se agravou mais ainda com as relações oriundas, sobretudo, da expansão da modernização da agricultura.

O fracionamento foi ainda mais acentuado na década de 1970, em decorrência da *crise territorial provocada pela modernização tecnológica* da agricultura. Até meados da década de 1970, antes da crise promovida pelo aumento da pressão demográfica sobre o território e da inserção da mecanização, o Sudoeste paranaense não teve perda tão significativa de população, mas configurava-se o início de um processo de expropriação e, por extensão, da migração. A década de 1960 pode ser considerada a fase de *cristalização* das relações oriundas da migração gaúcha e catarinense na região. A partir de 1970, iniciou-se a fase de *esgotamento* das terras para os migrantes gaúchos e catarinenses, devido à pressão demográfica sobre a terra e à maior integração espacial ao processo capitalista (global) de produção, com a inserção da modernização na agricultura, resultando, conseqüentemente, na mobilidade rural-urbana e rural-rural da região.

De acordo com o Ipardes (1983, p. 7), no Sudoeste do Paraná, sobretudo “em princípios de 1975, a base técnica empregada na agricultura é substancialmente alterada com a modernização do setor agrícola, e a necessidade de mão-de-obra começa a ser muito menor”. Coincidem com este momento histórico vivido pelo Sudoeste do Paraná – década de 1970 – uma ocupação/apropriação territorial basicamente “concluída” e uma forte prioridade agrícola na política econômica que vai estimular a difusão da nova forma de produção agrícola, fortalecendo a integração agroindustrial. Dessa relação surgiu um *novo* tipo de agricultura, subordinada diretamente à indústria e ao capital financeiro; em consequência, a agricultura familiar – policultura e suinocultura –, na região, foi perdendo sua “independência” pelas definições externas de *padronização* do produto e pelo aumento no custo para a produção provocado por essas exigências. O resultado desse processo de modernização refletiu diretamente no *aumento* da *produção* com *redução* da *população*, o que

modificou diretamente a região Sudoeste e a paisagem rural e urbana beltronense, bem como na transformação territorial de todo o Sudoeste paranaense e, em amplo sentido, do Paraná. Essas transformações operadas colocaram em *crise* a produção territorial organizada em torno das pequenas propriedades rurais.

Desenvolveu-se, assim, o processo de modernização da agricultura com um novo padrão socioterritorial de “desenvolvimento”, excludente e conservador, com a implementação da política econômica de incentivos ao cultivo de fumo, milho e soja e com o fim do “equilíbrio” da pequena propriedade.⁶ Com a modernização da agricultura, as cooperativas de produção e consumo exigiram uma tecnificação mínima, desarticulando a pequena produção familiar. Para Martins e Vanalli (1994, p. 77), o desenvolvimento tecnológico (uma das características da modernização da agricultura) obedecia a interesses da indústria na agricultura viabilizada pelo processo de concentração e centralização de capitais nos setores industrial, financeiro e cooperativo, que caracterizou a política econômica do governo militar.

Feres (1990) assinala que, paralelamente a esse avanço de modernização, os agricultores do Sudoeste paranaense foram obrigados a recorrer à *especialização* da produção, tendendo à *homogeneização* da região por meio da produção de monoculturas como a soja, o milho e o fumo. Essa transformação no padrão produtivo agrícola impôs um novo período socioterritorial, *rompendo* com a “unidade da policultura-pecuária, desvinculando a atividade agrícola das necessidades imediatas do seu próprio contexto e criando um novo tipo de dependência para o agricultor: sua ligação com a demanda de um mercado distante, internacional” (FERES, 1990, p. 550). Um

dos vetores mais importantes introduzidos no país, nesse momento, para a consolidação dos vínculos de dependência entre a agricultura e a indústria veio do pacote tecnológico conhecido como a “Revolução Verde”, que propunha a combinação do uso intensivo de sementes melhoradas com o uso de máquinas e de inovações químicas (adubos e agrotóxicos).

Fatores adicionais, porém não menos relevantes, como conjuntura de preços internacionais de matérias-primas extremamente favorável, adoção maciça de medidas eficazes de governo destinadas a impulsionar a modernização – tais como crédito subsidiado para a aquisição de máquinas, implementos agrícolas e insumos, investimento em pesquisa tecnológica e serviços de extensão, preços mínimos, política de câmbio etc. – complementaram o cenário em que se desenvolveu o intenso e rápido processo de modernização tecnológica da agricultura brasileira (MAGALHÃES, 1996, p. 34).

A estrutura socioterritorial agrícola da região Sudoeste, que vinha de um processo de rápida expansão produtiva (e demográfica), mas ainda com o predomínio da utilização da força humana e de instrumentos técnicos “rudimentares” de trabalho (como foice, machado, plantadeiras manuais, uso da tração animal nas lavouras, etc.), começou a *absorver* a nova matriz tecnológica de produção, acarretando profundas alterações no campo beltronense, sendo que um dos seus resultados mais imediatos e visíveis foi a desterritorialização e migração de milhares de pequenos agricultores, o que demonstra o processo seletivo e excludente acarretado pela expansão/espacialização da modernização da agricultura. Essa trouxe também consequências sociais *negativas* para o pequeno produtor rural, sendo o êxodo rural uma das mais violentas faces desse processo.

⁶ Francisco Beltrão, em 1967, era considerado o centro da maior região produtora de feijão do país: o Sudoeste paranaense. Por isso, levou o título, inclusive, de capital nacional do feijão, pois, “no ano de 1967 o município de Francisco Beltrão exportou 13 mil toneladas de feijão, praticamente a mesma quantidade de milho: 13.800 toneladas. A produção de soja era irrisória, apenas 900 toneladas” (JORNAL DE BELTRÃO, 13/03/1992, p. 7). Em 1980, o Sudoeste paranaense produzia 17% de todo o feijão preto do Estado, sendo que o Paraná, no mesmo ano, era responsável pela produção de 40% do feijão preto do Brasil (JORNAL DO PARANÁ, 17/01/1981, p. 12). Entretanto, a partir da década de 1980, com a “modernização da agricultura”, o feijão foi perdendo gradativamente seu peso na produção, devido à expansão da produção de milho, fumo e, sobretudo, soja.

A modernização do campo gerou, sem dúvida nenhuma, grandes benefícios do ponto de vista da produção agrícola, mas não resultou em melhores condições de vida para o homem rural. A permanência desse padrão de crescimento *seletivo e excludente* na agricultura paranaense tende a comprometer ainda a sobrevivência no campo de inúmeros pequenos produtores, agravando o processo de êxodo rural e, em última instância, colocando em risco os níveis de produção e abastecimento alimentar urbano (MAGALHÃES, et al., 1984, p. 2006, grifo nosso).

O avanço tecnológico com a aquisição de insumos e máquinas, por exemplo, só foi acessível para o pequeno agricultor por meio do *sistema de créditos*. O crédito envolve o pequeno produtor em um novo circuito da política financeira: os bancos, que veiculam um dinheiro *moderno* e impessoal, vindo de fora, de um mundo urbano na maioria das vezes *estranho* ao agricultor. Além disso, as condições de concessão do crédito mudam. O financiamento vinha acompanhado de um *pacote tecnológico*, relacionado aos critérios de rentabilidade, por exemplo: limitação da utilização do crédito a uma determinada cultura (milho, soja, fumo...); obrigação de aquisição de sementes selecionadas; emprego de insumos químicos. Enfim, tratava-se de padronização e disciplinarização da produção a partir de um modelo fortemente controlado. Esses *pacotes tecnológicos* foram/são *centralizadores* e refletem uma mentalidade racional e *estranha* à do pequeno produtor e não lhe permitem muitas vezes um diálogo com o financiador, ou seja, os pacotes tecnológicos foram, sobretudo, *impostos* aos pequenos agricultores.

No caso do Sudoeste [paranaense], uma sociedade bastante homogênea, esse efeito é visível. O crédito em vista da modernização criou entre os camponeses, em primeira instância, duas camadas distintas de camponeses: os pobres e os abastados. O universo camponês do início da colonização quebra-se na medida do avanço da modernização tecnológica. Essa quebra se dá através de uma verdadeira invasão, vinda de fora representada pelos bancos, pelos fornecedores de insumos, pelas direções de cooperativas, pelas

bolsas de valores. Seu efeito é um processo de corrosão da antiga unidade interna da frente camponesa, representado pela diferenciação social criada pela *riqueza* dos mais territorializados e a *pobreza* dos minifundistas [desterritorializados] (FERES, 1990, p. 521).

No Sudoeste paranaense, o “progresso” técnico criou, na década de 1970, um processo de *desterritorialização* através da formação de um contingente de ex-proprietários transformados em assalariados, delineando o processo de expropriação, *desenraizamento* e migração. De acordo com os dados apresentados por Feres (1990, p. 522), a partir dos Censos Agropecuários, verificou-se que, em 1970, no Sudoeste paranaense, havia 2.226 assalariados rurais permanentes e 4.160 assalariados rurais temporários; já em 1975 o aumento era visível, pois esses trabalhadores correspondiam a, respectivamente, 4.147 e 9.982. Para Magalhães et al. (1984, p. 2004), a modernização da agricultura se manifestou com a introdução de novas relações de trabalho, na medida em que esta implicou a constituição do trabalho rural assalariado e, portanto, o “desaparecimento” das formas que o antecederam: colonato, parceria e arrendamento. Essas categorias, aliás, foram as mais vulneráveis dentro do processo, pois se constituíram basicamente no contingente que migrou da zona rural.

Para Feres (1990), no final da década de 1970, a modernização tecnológica fez sentir exatamente o seu preço para os pequenos produtores, resultando na *desterritorialização*: o pequeno produtor, não podendo enfrentar os custos dos investimentos, entra na espiral de *empobrecimento acelerado*, terminando por ser “expelido” do processo de produção com a *perda da terra* pelo endividamento e/ou por não conseguir mais acompanhar o processo de modernização, portanto, *arrasadora*, perversa e seletiva. Este processo já se fazia sentir, em 1978, no Sudoeste paranaense, “quando o Cadastro do INCRA acusava uma queda de 6,5% do número de estabelecimentos rurais” (FERES, 1990, p. 523).

O saldo mais marcante verifica-se entre a *redução da população rural* e o *aumento da população urbana* e seu desdobramento, imediato, na migração para outros estados brasileiros e até mesmo para outros países, como, por exemplo, Argentina e Paraguai.⁷ Francisco Beltrão, da década de 1970 em diante, passou por transformações territoriais intensas em suas estruturas econômicas, culturais e políticas, com repercussões profundas sobre diversos aspectos da produção socioterritorial, estando diretamente ligadas à dinâmica populacional. Um dos resultados mais evidentes e imediatos dessas transformações consistiu na espetacular *reversão* da tendência de crescimento populacional rural, especialmente observada até a década de 1970. Os dados da Tabela 1 mostram essa inversão da população, de

maioria rural para urbana, em Francisco Beltrão, maior município em número de população do Sudoeste paranaense.

Esse processo de *inversão* da população, de maioria rural para maioria urbana, que ocorreu entre 1960 e 2000, no município, pode ser explicado pela *crise* instaurada, com a modernização da agricultura, no modo de vida vinculado à pequena propriedade, pelo esgotamento das terras “devolutas” no Paraná, pelas políticas do Estado de novas frentes de colonização para Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Amazonas e o Paraguai e, também, pela migração rural-urbana para os bairros de Francisco Beltrão e outras cidades do Paraná, Santa Catarina e São Paulo. Já para o aumento da população urbana em Francisco Beltrão, os fatores de influência

TABELA 1
População urbana e rural
Município de Francisco Beltrão – 1960-2000

Anos	Total	População			
		Urbana		Rural	
		Números	%	Números	%
1960	55.496	4.989	8,99	50.507	91,01
1970	36.807	13.413	36,44	23.394	63,56
1980	48.762	28.289	58,01	20.473	41,99
1991	61.272	45.622	74,46	15.650	25,54
2000	67.132	54.831	81,68	12.301	18,32

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

⁷ De acordo com Magalhães (1996, p. 48), um terceiro movimento migratório de paranaenses para fora das fronteiras estaduais destinou-se às terras paraguaias. “Ocorrendo somente ao final da década de 60, numa segunda etapa desse processo, afluem os migrantes originários do Sul do Brasil, principalmente das regiões Oeste e Sudoeste do Paraná. Os imigrantes de ambos os fluxos, os chamados brasiguaios, eram, em sua maioria, desprovidos de posses e, via de regra, se inseriram na estrutura de produção agrícola paraguaia como agregados, parceiros, arrendatários ou assalariados”. Assim, as informações sobre quantitativos de imigrantes brasileiros no Paraguai são bastante díspares e fragmentadas. Uma das estimativas disponíveis, apresentada por Salim (1995), permite pelo menos uma aproximação maior da questão, pois, “Para a CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, durante os anos 70, brasiguaios povoaram cerca de um quarto do território paraguaio. Entre 1972 e 1977, esses imigrantes foram constituídos por 63% de paranaenses, 18% de catarinenses, 12% de gaúchos e 7% de mineiros e nordestinos. Em 1975, eles eram 40 mil no Paraguai. Em 1982, subiram para 250 mil, espalhados nas 24 principais colônias. No governo do presidente Figueiredo atingiram a cifra recorde de 500 mil”. Também Zaar (2001, p. 10) afirma que, segundo os dados apresentados pelo Ministério de Relações Exteriores do Brasil, “viviam no final da década de 1990, na República do Paraguai, 459.000 brasileiros. Os dados de censos mais recentes, se referem a 98.000 brasileiros em situação legal e a imprensa vem trabalhando com uma cifra de 350.000 não regularizados. Estes brasileiros, legalizados ou não, representam oito décimas partes dos habitantes do Estado do Alto Paraná e seis por cento da população total do Paraguai e são responsáveis por oitenta por cento da soja produzida naquele País”. Essa migração para o Paraguai teve origem, em parte, no Sudoeste paranaense e, por extensão, em Francisco Beltrão, demonstrando o lado expansionista e também *perverso* da modernização da agricultura difundido, concreta e abstratamente, sob a égide do *projeto econômico e político* do governo militar.

foram a instalação de empresas, como, por exemplo, a Chapecó na década de 1980 e a Sadia nos 1990, e a influência da construção civil, que absorveu muita mão de obra oriunda do campo. Nesse processo, muitos agricultores endividados pela modernização da agricultura migraram do campo para a cidade, tornando-se assalariados.

Martine (1994, p. 19) assinala que o agricultor, para acompanhar as novas exigências e necessidades que se faziam presentes naquele momento histórico da agricultura brasileira, recorreu ao *crédito rural* para a compra de novos insumos e maquinários necessários (se não obrigatórios) para o novo padrão produtivo agrícola e para a *submissão*, assim, do campo à cidade.⁸ O agricultor ficou “preso” aos bancos de financiamento, que na maioria das vezes cobravam taxas de juros elevadas. Nesta trama, o agricultor se viu endividado e “forçado” a vender sua terra, pois não conseguiu mais pagar a referente dívida adquirida, resultando na sua migração.⁹ Essa inversão do lugar de residência da população rural no Sudoeste paranaense pode ser observada na Tabela 2.

Neste sentido, tais empréstimos, antes de constituírem uma *solução*, apresentaram-se como *problema*, impedindo até mesmo a

permanência (pelo endividamento) no campo. Sobre essa *subordinação* do camponês ao financiamento e, assim, ao endividamento, Martins (1986b, p. 60) assinala que:

Apenas quando o capital subordina o pequeno lavrador, controlando os mecanismos de financiamento e comercialização, processo muito claro no Sul e no Sudeste, é que subrepticamente as condições de existência do lavrador e sua família, suas necessidades e possibilidades econômicas e sociais, começam a ser reguladas e controladas pelo capital, como se o próprio lavrador não fosse o proprietário da terra, como se fosse um assalariado capitalista.

A expropriação causada pelo endividamento rural desencadeou um fenômeno novo e surpreendente de migrações do campo e, por extensão, aumento de pessoas morando na cidade de Francisco Beltrão, como demonstrado na Tabela 1. Essa inversão do lugar de residência da população foi resultante de desdobramentos gerais da população no Sudoeste paranaense (Tabela 2) e do próprio desenvolvimento agrícola que, pela incorporação do processo técnico, definiu ganhos na produtividade e transformou as relações de trabalho no campo por meio de uma *nova divisão social e territorial do trabalho*. Contudo, o que marcou este processo, em especial, foi a *velocidade* com

TABELA 2
População rural e urbana
Sudoeste do Paraná – 1970-2000

Anos	Total	População	
		Urbana	Rural
1970	446.360	80.157	366.203
1980	531.249	166.906	354.343
1991	478.126	225.666	252.460
2000	472.626	283.044	189.582

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000.

⁸ Para Kautsky (1986, p. 53), não somente a aquisição de fertilizantes, mas também o *crédito rural* por meio de empréstimos ou financiamentos destinados à agricultura se tornou uma outra forma de *submissão* do campo à cidade (dos homens do campo aos homens da cidade), pois os capitalistas que vivem do *juro*, a partir de empréstimos concebidos diretamente aos agricultores ou indiretamente (por via de bancos), em geral, moram na *cidade*. Assim, a renda do campo é *drenada* para a cidade.

⁹ Em 1960, de acordo com o IBGE, em Francisco Beltrão apenas 1,36% dos estabelecimentos rurais haviam contraído financiamento, e todos de particulares. Em 1970, 10,02% dos estabelecimentos rurais receberam financiamentos e, destes, 63,23% eram entidades do governo. Em 1980, eram 42,26% dos estabelecimentos que receberam financiamentos, sendo que 93,07% correspondiam a entidades do governo.

que este *evento* aconteceu: o Sudoeste do Paraná passou, a partir da década de 1970, da condição de *receptor* para a de *expulsor* de população, sendo que a magnitude da migração e a direção do seu fluxo marcaram o campo sudoestino.

(...) um dos principais fatores para algumas relações econômicas [políticas e culturais] em Francisco Beltrão [e no Sudoeste paranaense] foi a *transformação técnica* da produção agrícola, que alterou (reduzindo) a própria composição da mão-de-obra ocupada no campo, bem como (aumentando) a composição da mão-de-obra utilizada na economia da cidade, devido a um fluxo de migração, crescente e contínuo, do campo para a cidade (MONDARDO, 2008, p. 125).

Para entender essa realidade, pode-se citar como exemplo, a partir de dados dos Censos Agropecuários do IBGE, que Francisco Beltrão, até 1960, tinha apenas cinco tratores agrícolas usados na agricultura, número que passou para 18, em 1970, para 346, em 1980, e para expressivos 430, em 1995/96! Paralelamente a este considerável aumento no número de máquinas agrícolas (tratores) utilizadas na agricultura, principalmente entre 1970 e 1980, houve uma redução do percentual e do número de habitantes que residiam no campo: em 1970, Francisco Beltrão possuía 23.394 habitantes vivendo no meio rural, que representavam 63,56% da população do município; em 1980, este número diminuiu para 20.473 habitantes, que equivaliam a 41,99% da população total. Na urbana, ao contrário do que ocorreu na rural, a população aumentou nesse período, passando de 36,44%, em 1970, para 58,01%, em 1980, apontando rapidamente uma inversão do lugar de residência do beltronense (e do paranaense em amplo sentido).¹⁰

Deve-se ressaltar, ainda, que entre 1991 e 2000 este processo de diminuição absoluta e relativa da população do campo, com o oposto para a população da cidade (com o

crescimento), continuou a ocorrer, por exemplo, em Francisco Beltrão. De acordo com os Censos Demográficos do IBGE, nesse período, a população rural passou de 15.650 para 12.301 habitantes. Assim, o aumento verificado da população urbana se deu em detrimento da rural. Como considera Graziano da Silva (2002, p. 62), a mecanização da agricultura diminuiu o tempo de trabalho a ser despendido na produção agrícola, o que torna “disponível” grande parte da mão de obra, antes ocupada na agricultura, para ser empregada em outras atividades produtivas (não-agrícolas), alterando a divisão territorial e social do trabalho. Singer (1981, p. 22) entende que a migração do campo para a cidade ocorre, por um lado, devido a transformações nos meios técnicos de produção na agricultura e, por outro, em razão da atração que a economia de determinadas cidades pode oferecer quanto à “oferta” de emprego.

Assim, a modernização da agricultura, além de diminuir a população do campo em razão do endividamento dos agricultores e, posteriormente, da migração para as cidades, pode não melhorar as condições de vida do trabalhador; pelo contrário, pode até mesmo *agravá-las*.

A elevação do nível tecnológico das atividades rurais parece reunir todos os fios da meada, e constituir a maneira de atender a todos os interesses em jogo. (...) A técnica é um meio, e não um fim a que se destina e dos problemas concretos que com ela se objetiva resolver. Doutro lado, o progresso tecnológico não significa necessariamente uma melhoria de condições do trabalhador. E, às vezes, até pelo contrário, pode agravá-las (PRADO JUNIOR, 1979, p. 27, grifo nosso).

No trabalho de pesquisa pela área rural de Francisco Beltrão, verificamos esse processo de *desterritorialização* por meio da expropriação e migração de muitos pequenos produtores. Pode-se constatar essa realidade “da crise da roça” na fala

¹⁰ Magalhães (2003, p. 24-25) ressalta que os anos de 1970 representaram a década mais drástica de transformação da base produtiva agrícola do Paraná e de mudanças nas relações de trabalho, havendo “um declínio de mais de 170 mil postos de trabalho na agricultura paranaense”, pois “os resultados do Censo Agropecuário de 1995 demonstram que, no período 1985/95, essa redução foi [ainda maior] de 600 mil pessoas”. Ou seja, a mudança no padrão produtivo socioterritorial no campo paranaense acarretou uma grande diminuição de trabalho rural e, portanto, uma grande evasão rural.

de Pedro Miller, agricultor que relatou as transformações que ocorreram no campo beltronense com a diminuição da população rural, a partir da sua experiência vivida na comunidade rural onde mora, localizada no interior do município:

Mas óia, a comunidade aqui da Linha Hobold, antes era mais grande a um tempo atrás, lá por 70, 80, até 90 tinha bastante gente, era movimentado. Mas aí começaram a sair, foi diminuindo, hoje tem muito poca gente. (...) Óia, acho que foi por causa da crise da roça, né? Tudo foram procurando outro rumo melhor pra viver. (...) Acho que a crise foi de 78 pra cá, que a crise atacou mesmo, dava muita seca, ou chovia demais, aí tinha que ter maquinário, sabe? Ou era os produto que tinham pouco valor, os insumo foram ficando cada vez mais caro, aí a turma foi saindo pra cidade. (...) Ah! Quem tinha mais dinheiro ia comprando as terra dos outros. As vezes também trocava colônia por colônia, fazia brique assim, pra ver se melhorava trocar a terra (Pedro Miller).

Desencadeou-se no campo beltronense, assim como em praticamente todo Sudoeste paranaense, o processo de diminuição da população rural através da implementação de uma *nova racionalidade* econômica e política com a instauração de uma nova técnica e tecnologia, uma nova visão de mundo, novos valores, uma nova cultura ligada a um mundo urbano-industrial, o que acarretou transformações substanciais na relação do homem com a terra, resultando num processo seletivo e excludente daqueles pequenos proprietários que conseguiram se manter na terra (pela precarização) e daqueles agricultores que não conseguiram (ou até mesmo “optaram” em se transferir para a cidade, como o caso dos mais jovens atraídos pelo mundo moderno, urbano e industrial na urbe). Foi constante, durante as entrevistas realizadas com aqueles que permaneceram no campo, o relato da não permanência dos filhos na propriedade; em sua maioria, os filhos migraram para a cidade de Francisco Beltrão, para outros municípios do Sudoeste do Paraná e ainda para outros estados.

Tenho quatro filhos, três já saíram daqui pra cidade. O que saiu primeiro saiu e foi trabalhá na Sadia. A filha foi pra lá porque casou, e também pra trabalhá lá. E, o mais novo, foi

morá junto com o primeiro que saiu, ta lá trabalhando e estudando. Só ficou um aqui. Esse trabalha por dia aqui nos sítio perto (Pedro Miller).

Meus filhos foram pra cidade faz tempo. Aqui na roça, sabe, é só pros velho agora. Só dá pra gente viver. Eu e meu velho, nós ia para cidade também, mas, aí conseguimos se aposentar, mas os filhos se foram tudo. (...) Tenho sete filhos, quatro homem e três mulher; os homem tão tudo aí na cidade em [Francisco] Beltrão, tão tudo empregado, já casaram, trabalham em indústria e em mecânica; as menina, uma casou e não trabalha e as outra trabalha em indústria também, fazem roupa (Delina Pagnhol).

Hoje as comunidade do interior de [Francisco] Beltrão tem poca gente, né? Pra tu ver, uma vez tu conseguia fazer até dois, três time de futebol pra jogar campeonato, hoje, não consegue mais formá um, saiu muita gente. A maioria tão tudo morando na cidade ou foram pra fora, até pra outros estado tem muito, né? (...) Pra tu ver, depois que se instalou a Sadia o povo saiu muito da roça e foi pra cidade; mas lá ganha poco, né? Só pra viver mesmo. Tenho 5 filhos, todos tão na cidade, uns tão trabalhando, outros estudam, não tem jeito aqui na roça, os que ficaram, que tem poca terra como nós, é só os mais velho, né? (Francisco Vicente Kurt).

Observa-se, pelas entrevistas, que a propriedade rural foi vista, por aqueles que ainda moram no campo, como o lugar da não possibilidade de reprodução de seus filhos e, deste modo, de uma família. O campo beltronense foi considerado o lugar onde a reprodução social para os mais jovens já não era mais possível, pois, como ressaltou um entrevistado, “não tem jeito aqui na roça, os que ficaram, que tem poca terra como nós, é só os mais velho”. Ou seja, a modernização da agricultura foi um processo seletivo e excludente na medida em que impossibilitou muitas pessoas de continuarem no campo, impondo um processo de “darwinismo social”, pois “só os mais fortes sobreviveram” no campo; diríamos, no entanto, que só os mais abastados e com condição de se modernizarem sobreviveram e/ou conseguiram se “adaptar” ao novo processo produtivo e a um novo modo de vida no campo ligado à modernização.

Em seu trabalho, Feres (1990) ressaltou o processo de endividamento através das

contas assumidas e da *concentração* das propriedades rurais no Sudoeste paranaense.

Notamos que sobre os menores extratos [de áreas] pairam as maiores incertezas econômicas, influenciando diretamente na venda maciça de mini e pequenas propriedades. A política agrícola distorcida, voltada aos interesses das culturas de larga escala em detrimento das culturas de subsistência, vem favorecendo para que isso ocorra (...) *Muitos mini e pequenos produtores tiveram que entregar o seu único meio de produção – a terra – para custear despesas assumidas. A expressiva valorização das terras estimula aos grandes grupos econômicos e à burguesia urbana e rural à compra de terras, como um bom negócio. Com isso muitas mini e pequenas propriedades foram incorporadas às médias e grandes propriedades já existentes* (FERES, 1990, p. 555-554, grifo do autor).

De acordo com Kautsky (1986, p. 245), saem do campo primeiramente as pessoas mais jovens, com idade para enfrentar o mercado de trabalho nas cidades. Isto pode indicar que a reprodução social destes sujeitos expropriados pode estar comprometida no campo e na cidade através da expropriação gradativa das suas condições de vida. O *mercado de trabalho* da cidade foi e tem sido uma alternativa “forçada” para a sua sobrevivência, ou ainda para atender aos sonhos e vontades de vida melhor. Não podemos esquecer, no entanto, que há também muitos que lutam para continuar no campo, buscando novas terras, novos lugares para se reproduzir enquanto agricultores, como aqueles do campo paranaense, que, desterritorializados, migraram para outros estados brasileiros, sobretudo Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Amazonas e Bahia, para continuarem sua luta por um pedaço de terra, pelo “seu pedaço”, pois:

Ao mesmo tempo em que aumenta a concentração das terras nas mãos dos latifundiários, aumenta o número de camponeses em luta pela recuperação das terras expropriadas. Nem que para isso eles tenham que continuar seu devir histórico: ter a estrada como caminho. O que vale dizer: *a migração como necessidade da sua reprodução, a luta pela*

fração do território distante como alternativa para continuar camponês. Espaço e tempo unem-se dialeticamente na explicação desse processo (OLIVEIRA, 1996, p. 26, grifo nosso).

Essa migração no Sudoeste do Paraná “acompanhou” um movimento migratório amplo da região Sul do Brasil, pois, como ressaltam Camarano e Abramovay (1999, p. 11), entre 1960 e 1980 o êxodo rural brasileiro alcançou um total de 27 milhões de pessoas. Segundo os autores, a grande novidade esteve na região Sul do país. Durante os anos 1970, quase metade (45,5%) da população rural que residia na região Sul, no início da década de 1980, saiu do campo, *correspondendo a 29% de todos os migrantes rurais do país*. Nestes dez anos, a população rural do Sul do Brasil teve uma redução de 2 milhões de habitantes. “Os subsídios, os incentivos econômicos e o aparato institucional *mobilizados* para estimular a adoção de técnicas produtivas e culturas altamente poupadoras de mão-de-obra” foram, para os autores, “a razão principal de um êxodo tão rápido”.

Ainda de acordo com Camarano e Abramovay (1999), é daí que vieram os gaúchos, os catarinenses e os paranaenses chamados genericamente como “gaúchos” e/ou sulistas, fundamentalmente na ocupação da Transamazônica e que “vitalizaram” as áreas rurais do Norte do país durante os anos 1970 e 1980, transformando-as em zonas de crescimento agrícola, especialmente, com elevado contingente migratório de população rural. “O saldo migratório líquido regional do Norte é positivo neste período e a população rural ganha entre 1960 e 1980 um total de 1,2 milhões de pessoas. Tendo forte predomínio, portanto, da região Sul” (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999, p. 12). Assim, segundo os autores, no Sul a taxa negativa de migração foi de quase 40% nos anos 1980, diminuindo na década de 1990 para aproximadamente 30%. A perda populacional rural absoluta nos anos 1980 foi de pouco mais de 1,5 milhão de habitantes, sendo na década de 1990 de 334 mil.¹¹

¹¹ Haesbaert (1998, p. 60) reitera, também, que a corrente sulista ou “gaúcha” possui ramificações em quase todo o território nacional, principalmente acompanhando a expansão das áreas de produção agrícolas do Brasil, mas também para além de nossas fronteiras políticas, adentrando em países vizinhos como Paraguai, Uruguai, Bolívia e Argentina. Nesses países, a presença de população sulista caracteriza-se também pela sua grande presença em atividades agrícolas.

As transformações territoriais que ocorreram na região, a partir da década de 1970, estiveram inseridas em um conjunto de mutações que foram sendo delineadas, no Brasil, no interior de um *novo projeto* agrícola e industrial.¹² Conforme considera Swain (1992, p. 31), no Paraná a *mecanização veio substituir a força de trabalho em grande escala*: o êxodo rural tomou grandes dimensões em direção às cidades, propiciando o surgimento de favelas onde estas jamais haviam existido. Mas o êxodo rural existe também no sentido rural-rural, o que quer dizer que a população se deslocou de uma região para outra em busca de melhores oportunidades para a reprodução enquanto agricultor. Em função de o emprego de modo geral (principalmente no campo, mas também na cidade) ter diminuído, surgiu uma nova categoria de trabalhadores agrícolas no Paraná: os “volantes”, que se deslocavam segundo as necessidades de estação agrícola, sem local fixo de residência nem contrato de trabalho; e também os boias-frias, trabalhadores agrícolas que moravam na periferia das cidades e trabalhavam por tarefa. O que se delineou no Paraná, a partir da década de 1970, foi um *recuo* da força de trabalho repelida pelas mudanças estruturais da agricultura rumo às terras de agricultura familiar.

Em Francisco Beltrão, por exemplo, os pequenos produtores estabelecidos em áreas de até 30 ha foram os mais vulneráveis no processo de modernização. Eles perderam espaço em número e área de estabelecimento e, principalmente, a força como segmento social, porque foi reduzida sua importância como produtores pela retração absoluta e relativa na área de

lavoura e no valor de sua produção, além do *desenraizamento* de suas práticas, de seu território de referência cultural, do abrigo, da festa e das relações com os outros e com a “natureza”.

Esse processo nos foi relatado pelos entrevistados que viveram essa expropriação, pois afirmaram que “aqueles que tinham menos terra foram saindo, não tinham condição de comprar maquinário, de melhorar a roça, foram logo saindo” (Francisco Vicente Kurt). Assim, “a roça se tornou inviável, né? Pra quem era pequeno e pobre, a maioria saiu do interior de [Francisco] Beltrão; é só ver como que cresceu a cidade, a maioria dos meus parentes, dos meus filhos, dos vizinhos que antes moravam aqui, tão tudo morando pra cidade; foram bem poucos os que ficaram” (Pedro Miller).

A partir das entrevistas e conversas realizadas, foi possível identificar que, com a modernização agrícola, o colono do Sudoeste paranaense, incapacitado de investir nesse novo processo de *racionalização* da produção através do incremento tecnológico, viu-se *forçado*, na maioria das vezes, a optar por uma ou mais das seguintes “alternativas”:

- vender sua propriedade (valorizada pela “escassez” da terra) e aplicar seu recurso na compra de outra terra, em outra fronteira agrícola, como no Centro-Oeste ou na Amazônia, onde pudesse reiniciar suas atividades agrícolas;
- vender sua propriedade e *migrar* para as cidades, tornando-se assalariado;
- reduzir o peso da pressão demográfica sobre a sua terra, encorajando seus filhos a buscar terras novas

¹² No Paraná, segundo Tânia Navarro Swain (1992, p. 30), o período que cobre os anos 1960 apresentou um quadro de agitações e transformações “radicais” nas dimensões política, econômica e social e o estado sofreu suas consequências. A produção agrícola, a estrutura fundiária, o emprego da mão de obra e a distribuição das riquezas foram atingidos e modificados. Em 1964 os militares tomaram o poder e deram prioridade à modernização da economia, particularmente no setor agrícola, visando um crescimento global acentuado com a diversificação das exportações agrícolas e impulso ao setor secundário. Foram colocados em ação mecanismos de apoio e auxílio *financeiro* e fiscal. Tratava-se da época do “boom” econômico, do qual se beneficiaram, sobretudo, as grandes empresas agrícolas e industriais, cuja mecanização efetuiu-se a um ritmo desenfreado. Tal orientação, que favoreceu o capital em detrimento do trabalho, teve repercussões profundas na sociedade brasileira, na medida em que criou o desemprego agrícola, o enorme êxodo rural, uma baixa dos salários urbanos e, conseqüentemente, uma concentração crescente das riquezas.

para reproduzirem-se em outra fronteira agrícola no Centro-Oeste ou na Amazônia;

- reduzir o peso da pressão demográfica sobre a sua terra com a *migração* dos filhos, tornando-se, estes, assalariados nas cidades.

Segundo o Iparde (1983, p. 37), na década de 1970, o “Sudoeste do Paraná possuía a segunda maior população rural do estado do Paraná, com cerca de 11%, inferior somente à região Oeste do Paraná, com 15%”. Embora com uma economia mais nova em relação a outras regiões do Paraná, como a Norte e Noroeste, na década de 1970, o Sudoeste paranaense era uma das regiões mais importantes no setor agrícola do estado, apoiada na pequena produção familiar, com as culturas de milho e feijão. Nessa mesma década, com “as exigências de adequação da base agrícola ao tipo de expansão do setor, o Sudoeste do Paraná, mesmo com restrições ditadas pelo relevo acidentado, absorveu 9,2% do incremento de tratores, sendo o terceiro maior acréscimo do Estado” (IPARDES, 1983, p. 39). Magalhães (1996, p. 50) considera, ainda, que “a adoção de adubos químicos e de defensivos agrícolas disseminou-se por todo o Paraná nesse período [década de 1970], mas de uma forma bem mais acentuada nas áreas integrantes do Norte e do Oeste/Sudoeste”. Essa inserção da modernização no campo do Sudoeste paranaense demonstra as profundas *transformações territoriais* na relação entre o *homem* e a *terra*, que resultaram, imediatamente, na nova divisão territorial do trabalho e na diminuição da população rural com migração e a desterritorialização.

Na década de 1980, os agricultores que permaneceram no campo enfrentavam situação ameaçadora com as mudanças nas relações no campo implementadas pela modernização. A estrutura familiar tradicional da produção havia sido afetada pelo avanço da modernização rural, que manifestava seu lado problemático, perverso e desvantajoso para grande parte dos produtores: o *desenraizamento* da pequena propriedade. Feres (1990, p. 553) afirma

que, na década de 1980, ocorreu o lado perverso e excludente da modernização da agricultura para os pequenos agricultores com a *concentração* das terras. Concomitantemente, no Sudoeste paranaense, o número de assalariados rurais (temporários e permanentes) chegava a 12.000. Esse contingente de boias-frias, fenômeno novo no território, concentrava-se em torno das maiores cidades: Pato Branco, Francisco Beltrão, Dois Vizinhos, Capanema, Coronel Vivida, Realeza, Barracão e Ampére.

De acordo com o autor, em 1982, já se registrava a presença de outro fenômeno novo e crescente no Sudoeste paranaense, resultante do processo de expropriação da modernização conservadora, com a existência de 38.200 famílias de agricultores sem terras. Em Francisco Beltrão, na década de 1980, a *concentração* das terras era percebida pelo número de vendas de propriedades com áreas inferiores a 30ha, pois se registrava, no “período de janeiro-1983/junho 1985, vendas de 6.923 propriedades com áreas inferiores a 30 ha” (FERES, 1990, p. 553). Para Leão (1991), a agricultura do Sudoeste paranaense, nos anos 1980, prosseguiu na trajetória dinâmica e moderna da década anterior, incorporando avanços tecnológicos, aumentando a produtividade, diversificando a produção e expandindo e consolidando, cada vez mais, médios e grandes produtores capitalizados. Essa *concentração* das terras, no entanto, já vinha ocorrendo desde as décadas de 1960 e 1970, pois Corrêa (1970b) já afirmava – quando realizou seus estudos entre 1968/69 em Francisco Beltrão e no Sudoeste paranaense – que foram sendo criados novos proprietários grandes e médios, tais como médicos, dentistas, comerciantes, políticos, donos de agências de automóveis e empresários.

Essa realidade foi relatada durante as entrevistas, quando moradores da cidade de Francisco Beltrão afirmaram que as terras que eram suas e/ou dos seus pais passaram a ser “arrematadas” por pessoas oriundas da cidade.

Olha, a terra que o meu pai tinha, como os filhos começaram a vir pra cidade, pois não tinha terra e nem serviço pra todo mundo,

foi vendida. (...) Aí, depois que o meu pai faleceu e a minha mãe também, entrou a terra em inventário, aí sabe, né? Uma familiarada que é uma loucura, aí deu, né? Uma duas quartas de terra pra cada um, aí a turma vendeu as partizinha; quem comprou foi um médico aí que arrematou tudo, arrematou umas outras de perto, ali perto também (Salvador Verdi da Costa).

Na região Sudoeste, desde a década de 1960, existiam, portanto, proprietários de estabelecimentos rurais que residiam na cidade, desviando, assim, a renda da produção agropecuária para proprietários que moravam na cidade.¹³ De acordo com os Censos Agropecuários do IBGE, em Francisco Beltrão, em 1980, 5,52% dos estabelecimentos rurais (com 11,89% da área total) pertenciam a pessoas que residiam na cidade, proporção que se elevou para 10,06% (22,06% da área total), em 1995/96. Feres (1990) considera que esse processo desencadeou, ainda, uma pressão vinda de grupos das classes média e alta nas cidades, envolvidos nos negócios fundiários e agrícolas do território, que estimularam (e/ou forçaram) as vendas de terras. Dessa relação de poder emergiu um *novo ator*, um novo tipo de proprietário rural no Sudoeste: “os *medionfunditários, absenteísta e financeiramente poderoso*, que absorve em duas modernas *empresas rurais* a mão-de-obra expropriada, especialmente sob a forma de *bóia-fria*” (FERES, 1990, p. 554).

Com esse processo de desterritorialização pela expropriação com a perda da terra, Francisco Beltrão e boa parte do Sudoeste paranaense, a partir da década de 1980, começaram a contar com *boias-frias* morando na periferia da cidade. Eram grupos de diaristas, moradores da periferia urbana, mas trabalhando por dia na agricultura; concentravam-se em torno dos polos de *agricultores abastados*, produtores de soja, trigo e fumo, e sobreviviam de *atividades variadas*, como subempregados, no chamado setor informal, durante os períodos de entressafra. Grada-

tivamente, muitos desses sujeitos passaram a trabalhar informalmente no carregamento, em aviários, de pintainhos em caminhões na área rural de Francisco Beltrão e Sudoeste paranaense, para a empresa Sadia.

Com a modernização da agricultura, operaram-se transformações socioterritoriais profundas e até mesmo “arrasadoras” no campo, pois:

(...) percebia-se que nas áreas de terras planas (por isso mesmo mais afeitas à mecanização) verificava-se uma tendência acentuada de vendas de terras a profissionais liberais urbanos, relativamente capitalizados. (...) Criava-se na região o fenômeno novo do surgimento das *granjas*: empresas rurais modernas, voltadas para a agricultura de exportação ou para a pecuária integrada aos frigoríficos. Essas granjas, por seu porte e sua capacidade de absorção de créditos, eram a ponta-de-lança da agricultura tecnificada e integralmente capitalista, dando sua entrada na região colonial, provocando a reconcentração fundiária e a reprodução, a nível local, de relações de produção desvantajosas para os camponeses em geral (FERES, 1990, p. 559).

Houve transformações na estrutura fundiária e social do campo que implicaram a saída de grande contingente populacional, o que mudou a relação do homem com a terra, ou seja, a desterritorialização acarretou a perda da base material de reprodução econômica e simbólica-identitária de vida para os pequenos agricultores, que foram colocados em *marcha* para outros lugares, tanto para o campo quanto para as cidades.

Segundo Magalhães (1996, p. 33), a inversão da população no campo brasileiro está associada diretamente ao *novo* ciclo do desenvolvimento capitalista no país, liderado pelo processo de *industrialização* e *urbanização* que redesenhou o território e a estrutura do campo, com implicações econômicas, políticas e culturais para, sobretudo, os pequenos agricultores. Transformaram-se a estrutura de produção agropecuária do território paranaense e o modo de vida vin-

¹³ Podemos considerar que ocorreu a *drenagem* da renda fundiária para a cidade, pois: “A drenagem da renda fundiária pela cidade constituiu-se em muitas áreas um importante aspecto da vida social, econômico e político. A cidade constituiu-se nesses casos, um lugar de residência de proprietários rurais absenteístas [que não comparece, vive fora, nesse caso, na cidade] e este fato pode assumir enorme importância” (CORRÊA, 1989, p. 44).

culado à pequena propriedade familiar em função da implantação, em suas múltiplas escalas, do ambicioso *projeto* de modernização tecnológica das práticas agrícolas. Para Martine (1994, p. 20), a agricultura “passou a ser incorporada mais estreitamente ao processo de acumulação capitalista industrial e financeiro encontrando novas formas de realização dentro da agricultura”.

Na raiz desse novo modelo socioterritorial, conforme aponta Magalhães (1996), encontravam-se as exigências do padrão de industrialização brasileiro, implantado inicialmente nos anos 1950, pelo Plano de Metas, e aprofundado pelos sucessivos governos militares na década de 1960 em diante. Os diversos pacotes de políticas econômicas adotados no período convergiam para o reforço do setor industrial, que passou então a comandar a economia, e introduziam medidas para estreitar as relações entre o agro e o industrial. A agricultura “passou a ser incorporada mais estreitamente ao processo de acumulação capitalista. Surgiu o complexo agroindustrial, com o capital industrial e financeiro encontrando novas formas de realização dentro da agricultura” (MARTINE; BESKOW, 1987, p. 20). Ademais, não se pode perder de vista que a crescente *urbanização* do país ampliava a necessidade de expansão na agricultura da produção de alimentos, pela ótica da demanda ou pelo imperativo de preservação do baixo custo de *reprodução da força de trabalho* urbana.

As mudanças operadas pela modernização da agricultura, na década de 1970, apontaram uma substantiva redução de lavouras anteriormente dedicadas às culturas alimentares tradicionais vinculadas à policultura, como a produção de feijão, por exemplo, passando para a produção de soja e as pastagens, atividades que em geral requerem faixas de terras contínuas e maiores. *A nova paisagem rural* é resultante da produção da monocultura da soja, da criação do gado, da avicultura e da pecuária, bem como da diminuição de grande parte da população de pequenos agricultores.

Em uma matéria apresentada pelo *Jornal de Beltrão*, foram demonstrados dados do processo migratório do Sudoeste paranaense, apontando situações como a

da *mobilidade* do campo para a cidade dos *jovens* e, por extensão, do *envelhecimento* da população rural, aspectos, aliás, analisados também na escala do Sul do Brasil por Camarano e Abramovay (1999).

Em 1980 o Sudoeste tinha 521.249 habitantes. Hoje [1990] tem 503.600, uma diminuição de 17.649 habitantes. O processo migratório no Sudoeste do Paraná está sendo verificado principalmente no meio rural, com os jovens filhos de agricultores saindo da propriedade e se fixando em Pato Branco, Dois Vizinhos e Francisco Beltrão, cidades consideradas centros comerciais e industriais, e por isso, com maior oferta de trabalho entre as demais cidades sudoestinas. O trabalho Diagnóstico sócio-econômico da agricultura familiar do Sudoeste revelou ainda que, as mulheres são as primeiras a sair do campo, parecendo que o mercado de trabalho é mais amplo para elas. Outro dado importante da pesquisa, mostra que está havendo o envelhecimento do meio rural, isto é, chefes de famílias de agricultores com idade inferior a 25 anos é de apenas 2% no campo. Dos 25 anos aos 35 anos, o percentual é de 17%. No entanto, é acima do 55 anos de idade que se verifica o maior percentual de idade dos chefes de famílias, 21% (JORNAL DE BELTRÃO, 4/12/1992, p. 3).

Diante das transformações operadas com a expansão da modernização da agricultura e a concomitante *industrialização* e *urbanização* de cidades do Sudoeste paranaense, especialmente Francisco Beltrão, Dois Vizinhos e Pato Branco, e de cidades (médias e grandes) de outros estados brasileiros, foi grande o êxodo rural de jovens, que se tornaram, em grande medida, mão de obra para a indústria nos centros urbanos. Como assinala Singer (1981, p. 32), “uma vez iniciada a industrialização de um sítio urbano, ele tende a atrair populações de áreas geralmente próximas”.

Os *fluxos migratórios* do Sudoeste paranaense, conforme constatado nas entrevistas, *tiveram duas direções*: para o *campo*, através da expansão das fronteiras agrícolas para o Centro-Oeste e Amazônia; e para a *cidade*, por meio da *industrialização* de Francisco Beltrão, Dois Vizinhos e Pato Branco no Sudoeste paranaense, para a capital do estado Curitiba e para além das fronteiras estaduais, como as cidades de São Paulo (SP) e Joinville (SC), principalmente.

Em relação aos fluxos migratórios inter-regionais do Paraná, o Sudoeste paranaense foi uma das regiões que mais expulsou população rural, tendo forte atração desta migração a Região Metropolitana de Curitiba e o Oeste do Paraná, *polos* de desenvolvimento industrial no estado. O Sudoeste paranaense, nesse sentido, perdeu 7.195 pessoas oriundas do campo para essas regiões, entre 1986 e 1991 (Mapa 2). Já os fluxos de origem e destino rurais direcionaram-se para as regiões Oeste e Centro-Sul paranaense, tendo uma perda populacional para essas regiões de 5.758 pessoas, entre 1986 e 1991, oriundas, fundamentalmente, das pequenas propriedades rurais (Mapa 3).

De acordo com Magalhães (1996, p. 45), na década de 1970, em torno de 2,7 milhões de pessoas deixaram de residir no meio rural paranaense. Deste saldo, cerca da metade foi *absorvida* pela área urbana do próprio estado e o restante dirigiu-se para além das fronteiras estaduais, com destinos rurais e urbanos. Na década de 1970, muitos paranaenses deslocaram-se para o Estado de São Paulo, correspondendo, segundo Magalhães (1996), a um total aproximado de 670 mil pessoas. Somente a Região Metropolitana de São Paulo atraiu 48% desse fluxo migratório paranaense, seja em decorrência do seu forte poder de atração enquanto *polo* de grande desenvolvimento *industrial*, seja como *etapa* intermediária de subseqüentes deslocamentos com destino a outras áreas paulistas. Segundo informações obtidas nas entrevistas realizadas em Francisco Beltrão, muitos beltronenses se deslocaram para a capital paulista para trabalhar como garçons em restaurantes e/ou como operários em indústrias.

Conforme Kleinke et al. (1999, p. 197), a contínua emigração do Sudoeste paranaense foi resultado das dificuldades de inserção na modernização agrícola da pequena produção e, conseqüentemente, do *empobrecimento* da população, implicando uma forte evasão rural. Entretanto, Francisco Beltrão, *maior polo urbano* no Sudoeste paranaense, foi o único município que apresentou troca favorável entre imigrantes e emigrantes, constituindo um *polo atrativo* para imigrantes da sua região, em função da industrialização do

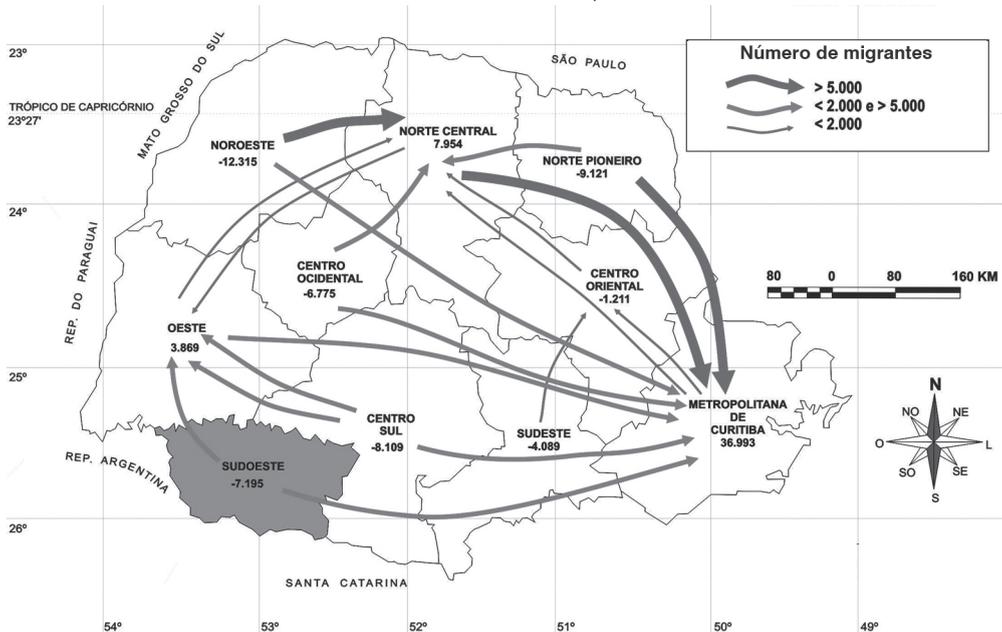
município, tendo como indústria-chave, para tal processo, na década de 1980, a empresa Chapecó e, nos anos 1990, a Sadia.

Francisco Beltrão configurou, a partir da década de 1980, uma *polarização* e uma concentração em função das atividades de frigoríficos que acabaram, a partir de suas relações, dominando o território do município. Como afirma Perroux (1975, p. 100), “o crescimento não surge em toda a parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou pólos de crescimento; propaga-se, segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia”. Francisco Beltrão, a partir da instalação de um frigorífico, conseguiu absorver uma parte considerável do contingente oriundo do campo do próprio município, bem como de municípios vizinhos, devido ao seu desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, à sua *atração* pela oferta de emprego nas atividades industriais concentradas espacialmente.

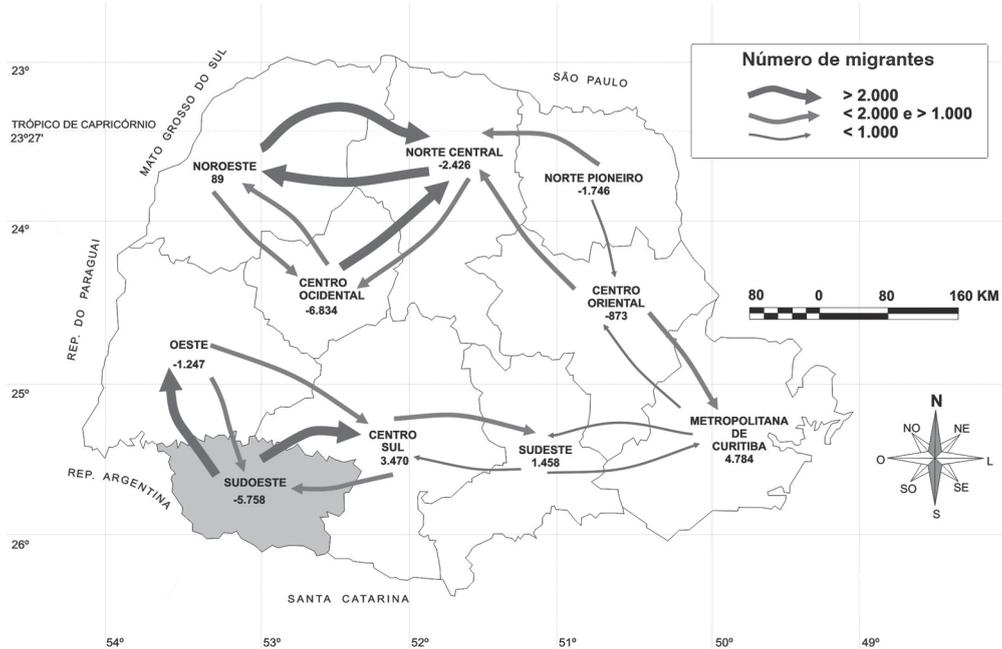
Em um curto intervalo de tempo, ocorreu uma *ruptura* com o período migratório vigente (nas décadas de 1940 a 1960) em Francisco Beltrão (bem como no Sudoeste paranaense e no Paraná), que inverteu sua condição de grande *absorvedor* de população para espaço *expulsor*, a partir dos anos 1970, desterritorializando milhares de pequenos produtores a um ritmo surpreendente. No entanto, como demonstrado anteriormente, os municípios do Sudoeste paranaense absorveram população, sendo que Francisco Beltrão foi uma das cidades que mais atraíram migrantes, em função da atuação das indústrias Chapecó e Sadia. Contudo, a perda populacional regional verificada no período foi sempre maior do que a absorvida.

É importante salientar, de acordo com Magalhães (1996, p. 44), que esse processo de “esvaziamento rural” e o intenso crescimento e proliferação de áreas urbanas foram fenômenos observáveis em todo o país, na mesma época, variando magnitudes e taxas, entre as regiões. No período 1970-80, o Brasil teve um decréscimo absoluto de 2,5 milhões de habitantes do meio rural. O grau de urbanização, em 1980, já atingia 68%, ao passo que, em 1970, o país tinha recém-

MAPA 2
Principais fluxos migratórios intermesorregionais de origem rural e destino urbano
Estado do Paraná – 1986/1991



MAPA 3
Principais fluxos migratórios intermesorregionais de origem e destino rurais
Estado do Paraná – 1986/1991



ultrapassado a marca dos 50% de pessoas residentes na zona urbana. Entretanto, o que imprimiu relevância ao caso do Paraná e, por extensão, a Francisco Beltrão foi a *velocidade* e a *magnitude* das mudanças populacionais e socioterritoriais ocorridas. Houve, consequentemente, uma dispersão dos fluxos e destinos migratórios para regiões, estados e municípios do Sul, Centro-Oeste e do Norte do Brasil, especialmente.

Por isso, na virada de século, os fluxos populacionais passaram a ser muito mais regionalizados, indicando que São Paulo e as fronteiras agrícolas das regiões Centro-Oeste e Norte do país perderam muito de seu poder de atração. Em contrapartida, unidades da federação como o Paraná passaram a desempenhar um novo papel no contexto nacional, e a região Sudoeste paranaense, neste novo contexto, passou a enviar migrantes, por exemplo, com maior intensidade para a Região Metropolitana de Curitiba, lugar de grande crescimento urbano-industrial. Também, como constatado (MONDARDO, 2009), muitos migrantes saíram do Sudoeste paranaense rumo ao norte de Santa Catarina, especialmente, para as cidades de Joinville e Florianópolis e, até mesmo, para a capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Porém, as mudanças não pararam por aí. No final do século, outra reversão de comportamento foi drástica em relação à diminuição das perdas populacionais no Paraná, com grande influência das migrações de retorno, tanto com seus efeitos diretos (filhos de migrantes não naturais que chegam com os pais) quanto indiretos (filhos que nascem na região, de pais migrantes, ou mesmo pessoas não naturais que chegam acompanhando naturais que retornam). Muitos migrantes que haviam saído nas décadas de 1970 e 1980, especialmente para as regiões Centro-Oeste e Norte do país, retornaram com filhos e/ou familiares oriundos de outras unidades da federação. Enfim, o ano de 2000 marca uma nova configuração da dinâmica populacional do Paraná e, consequentemente, da região Sudoeste, que passa a receber migrantes retornados, seus filhos e/ou parentes oriundos de outras unidades da federação que

havam anteriormente migrado, além de direcionar migrantes com maior intensidade para a Região Metropolitana de Curitiba.

Considerações finais

As migrações internas tiveram uma função preponderante na atração, redistribuição e expulsão de contingentes populacionais no/do Estado do Paraná e, especialmente, da região Sudoeste na configuração da dinâmica demográfica ao longo do século XX. Se, no primeiro período (1900-1940), a mobilidade cabocla ajudou a ocupar, mesmo que dispersa e rarefeita, a região por meio da agricultura de subsistência, no segundo (1940-1970), a migração gaúcha e catarinense funcionou como motor do processo de interiorização e alargamento da fronteira rural, sendo que, no terceiro período (1970-2000), a migração “paranaense” reverteu esse processo, redesenhando a distribuição espacial da população.

Desse modo, os movimentos migratórios paranaenses ao longo do tempo e ao largo do espaço constituem a face aparente de transformações profundas operadas na estrutura econômica, política e cultural do estado, por meio da relação entre capital e Estado, materializada na expansão territorial da frente de expansão, da frente pioneira, com o projeto político-ideológico Marcha para Oeste do governo Getúlio Vargas e com a modernização da agricultura vinculada ao processo de industrialização/urbanização.

A partir do esgotamento do ciclo agroexportador no âmbito estadual, a reinserção da economia paranaense ao movimento mais amplo de desenvolvimento nacional, agora sob o comando do capital industrial, gerou profundas e rápidas alterações na estrutura socioeconômica da região Sudoeste, com repercussões decisivas sobre as migrações. Se, entre 1940 e 1970, a região assistiu ao *boom* de atração de grandes fluxos imigratórios, consolidando a ocupação colonial por meio da estrutura fundiária calcada na pequena propriedade rural, na década de 1970 o processo inverteu-se rapidamente, passando a região a expulsar população rural a um ritmo vertiginoso. A parcela desses fluxos

populacionais que permaneceu acelerou a tendência à urbanização e provocou a concentração populacional em centros urbanos maiores, como nas cidades de Francisco Beltrão, Pato Branco e Dois Vizinhos. Já uma grande parcela que não encontrou espaço para sobrevivência na região conformou fluxos migratórios que atravessaram fronteiras estaduais, com destino a outras áreas, especialmente rurais.

Assim, as sucessivas transformações na divisão social e territorial do trabalho mudaram a composição da força de trabalho agrícola na região Sudoeste, resul-

tando em processos seletivos de atração, reordenamento e expulsão de população. Nos projetos de expansão territorial do capital e sua contínua valorização por meio da ampliação da escala de acumulação, as inovações técnicas com a modernização da agricultura dispersaram força de trabalho residente no meio rural, criando condições forçadas para a migração de milhares de agricultores que acabaram se deslocando para outros estados, países, ou até mesmo assumindo a condição de proletarização nas cidades que proliferam com a industrialização e urbanização regional.

Referências

ABRAMOVAY, R. **Transformações na vida camponesa: o sudoeste do Paraná**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1981.

BASTIDE, R. **Brasil, terra de contrastes**. 7 ed. São Paulo: Difel, 1976.

BERNARDES, L. M. C. O problema das "Frentes Pioneiras" no Estado do Paraná. In: CARVALHO, M. S. de; FRESCA, T. M. (Orgs.). **Geografia e norte do Paraná: um resgate histórico**. Londrina: Edições Humanidades, 2007.

BONETI, L. W. A exclusão social dos caboclos do Sudoeste do Paraná. In: ZARTH, P. (Org.). **Os caminhos da exclusão social**. Ijuí: Editora Unijuí, 1998.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. Rio de Janeiro: Ipea, 1999. (Texto para discussão nº 621).

CÂNDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. 4 ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1977.

CARNEIRO, D. **O Paraná na história militar do Brasil**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

CORRÊA, R. L. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1989.

_____. O Sudoeste paranaense antes da colonização. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n.1, p.87-98, jan./mar. 1970a.

_____. Cidade e região no Sudoeste paranaense. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, p. 3-155, 1970b.

COSTA, L. **O continente das lagens: sua história e influência no sertão da terra firme**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

FERES, J. B. **Propriedade da terra. Opressão e miséria – o meio rural na História social do Brasil**. Amsterdam: Cedla, 1990.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. 2. ed. Campinas: IE/Unicamp, 2002.

HAESBAERT, R. Região e redes transfronteiriças em áreas de migração brasileira nos vizinhos de Mercosul. In: STROHAECKER, T. M. et al. (Orgs.). **Fronteiras e espaço global**. Porto Alegre: AGB (Seção Porto Alegre), 1998, p. 59-68.

IBGE. **Censo agrícola de 1960: Paraná e Santa Catarina**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 2 – Tomo 12, 1967.

_____. **Censo demográfico 1970 – Paraná.** Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, Tomo 19, 1973.

_____. **Censo agropecuário 1970 – Paraná.** Rio de Janeiro: IBGE, v. 3, Tomo 19, 1975.

_____. **Censo agropecuário 1975 – Paraná.** Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, Tomo 18, 1979.

_____. **Censo agropecuário 1980 – Paraná.** Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, Tomo 3, 1983.

_____. **Censo demográfico 1980 – Paraná.** Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, T. 4, 5 e 6, 1983.

_____. **Censo demográfico 1991 – Paraná.** Rio de Janeiro: IBGE, n. 20, 1996.

_____. **Censo agropecuário 1995/96 – Paraná.** Rio de Janeiro: IBGE, n. 20, 1998. (CD-ROM).

_____. **Censo demográfico 2000 – Paraná.** Rio de Janeiro: IBGE, 2001. (CD-ROM).

_____. **Censo demográfico 2000 – Paraná.** Rio de Janeiro: IBGE, 2002. (CD-ROM).

_____. **Censo demográfico 1960 – Paraná.** Rio de Janeiro: IBGE, v. 1, Tomo 14, s/d.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **As migrações e as transformações na estrutura produtiva e fundiária no Paraná.** Curitiba: Secretaria de Estado do Planejamento, fevereiro 1983.

JORNAL DE BELTRÃO. Francisco Beltrão, 13/03/1992.

JORNAL DE BELTRÃO. Francisco Beltrão, 4/12/1992.

JORNAL DO PARANÁ. Pato Branco, 17/01/1981.

KAUTSKY, K. **A questão agrária.** São Paulo: Nova Cultural, 1986.

KLEINKE, M. de L. et al. Movimento migratório no Paraná (1986-91 e 1991-96):

origens distintas e destinos convergentes. In: 2º ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO – PERSPECTIVAS REGIONAIS DA DINÂMICA MIGRATÓRIA NO BRASIL. **Anais...** Ouro Preto, 1999.

KOWARICK, L. **Trabalho e vadiagem:** a origem do trabalho livre no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

LAZIER, H. **Análise histórica da posse da terra no Sudoeste paranaense.** 3. ed. Francisco Beltrão-PR: Editora Grafite, 1998.

LENHARO, A. **Colonização e trabalho no Brasil:** Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1986a.

LENHARO, A. **Sacralização da política.** 2. ed. São Paulo: Papirus, 1986b.

MAGALHÃES, M. V. **O Paraná e as migrações – 1940 a 1991.** Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte, Cedeplar/UFMG, 1996.

_____. **O Paraná e suas regiões nas décadas recentes:** as migrações que também migram. Tese (Doutorado). Belo Horizonte, Cedeplar/UFMG, 2003.

MAGALHÃES, M. V. et al. O Paraná e a versão do crescimento populacional: o papel da migração. In: IV ENCONTRO DE ESTUDOS POPULACIONAIS. **Anais...** Águas de São Pedro, v. 4, 1984, p. 1989-2016.

MARTINE, G. **A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80.** Rio de Janeiro: Ipea, janeiro de 1994. (Texto para discussão, 421).

MARTINE, G.; BESKOW, P. R. O modelo, os instrumentos e as transformações na estrutura de produção agrícola. In: MARTINE, G.; GARCIA, R. C. (Orgs.). **Os impactos sociais da modernização agrícola.** São Paulo: Caetés, 1987, p. 19-39.

MARTINS, D.; VANALLI, S. **Migrantes.** São Paulo: Contexto, 1994.

MARTINS, J. de S. **Capitalismo e tradicionalismo:** estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

_____. **Expropriação e violência.** A questão política no campo. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1982.

_____. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano.** São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Não há terra para plantar nesse verão.** Petrópolis: Vozes, 1986a.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil.** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1986b.

MARTINS, R. da S. **Entre jagunços e posseiros.** Curitiba, 1986.

MONDARDO, M. **Os períodos das migrações: territórios e identidades em Francisco Beltrão-PR.** Dissertação (Mestrado). Dourados-MS, PPGG-UFGD, 2009.

_____. Facas e contra-facas da relação campo-cidade no município de Francisco Beltrão/PR. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v.3, n. 5, p. 114-137, fev. 2008. Disponível em: <www.campoterritorio.ig.ufu.br>.

NAXARA, M. R. C. **Estrangeiro em sua própria terra** – representações do brasileiro (1870/1920). São Paulo: Annablume, 1998.

OLIVEIRA, A. U. de. **A agricultura camponesa no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 1996.

PADIS, P. C. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná.** São Paulo: Hucitec, 1981.

PERROUX, F. O conceito de pólo de crescimento. In: FAISSOL, S. **Urbanização e regionalização: relações com o desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: IBGE, 1975, p. 97-110.

PRADO JUNIOR, C. **A questão agrária no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1979.

RELATÓRIO DA CANGO. **Divisão de terras e colonização.** Rio de Janeiro, 11 de agosto de 1942. (Disponibilizados por Jahyr de Freitas Júnior).

SALIM, C. A. A questão dos brasiguaios e o Mercosul. In: PATARRA, N. (Coord.). **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo.** São Paulo: FNUAP, 1995, p. 144-159.

SANTOS, M. **Espaço e método.** 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SINGER, P. **Economia política da urbanização.** 8. ed. São Paulo: Contexto, 1981.

SOUZA, I. de. **Migrações internas no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1980.

SWAIN, T. N. **Fronteiras do Paraná: da colonização à migração.** Curitiba: Ipardes, 1992, p. 19-37.

VARGAS, G. **A nova política do Brasil.** Rio de Janeiro: José Olympio, v. 10, 27 de janeiro de 1944, p. 271.

WACHOWICZ, R. C. **História do Paraná.** 6. ed. Curitiba: Editora Gráfica Vicentina, 1988.

_____. **Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização.** 2. ed. Curitiba: Editora Vicentina, 1987.

WAIBEL, L. Princípios da colonização europeia no sul do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, Ano XI, n. 2, p. 159-217, 1949.

ZAAR, M. H. A migração rural no oeste paranaense/Brasil: a trajetória dos “brasiguaios”. **Scripta Nova.** Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, n. 94 (88), 1 de agosto de 2001. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn-94.htm>>. Acesso em: 15 maio 2008.

Resumen

La dinámica migratoria de Paraná: el caso de la región Suroeste a lo largo del siglo XX

El suroeste paranaense, a lo largo del siglo XX, tuvo una dinámica migratoria en la que se pueden identificar tres períodos distintos de evolución demográfica, mediante un proceso

migratorio que ejerció un papel fundamental en la configuración espacial: entre 1900 y 1940, la región exhibía una población dispersa y con poca densidad, circunscrita a una economía de subsistencia; de 1940 a 1970, se produjo la expansión acelerada de la frontera agrícola estatal, que atrajo a millares de trabajadores y sus familiares de otras partes del país, conllevando, simultáneamente, ocupación y apropiaciones extensivas e intensivas; entre 1970 y 2000, la inserción del estado de Paraná en el proceso de modernización de la agricultura, en el que lo agro se subordinó a lo industrial, impuso una nueva división social y territorial de trabajo al suroeste paranaense, promoviendo una rápida y drástica disminución poblacional de las áreas rurales, lo que estimuló vigorosamente la urbanización y provocó la formación de inmensas corrientes migratorias que transpusieron las fronteras estatales. Por ello, el objetivo de este trabajo es analizar esa dinámica migratoria, configurada en tres períodos espacio-temporales, en la región sudoeste paranaense. A partir del trabajo de campo exploratorio, realizado en 2008, con la realización de entrevistas semi-estructuradas, análisis bibliográfico, documental y censitario (especialmente en censos demográficos), se busca comprender cómo se procesó, a lo largo del siglo XX, la dinámica migratoria por medio de la atracción, del reordenamiento y de la expulsión de población del/en el suroeste paranaense.

Palabras-clave: Dinámica migratoria. Pequeña propiedad. Modernización de la agricultura. Industrialización. Suroeste paranaense.

Abstract

Migratory dynamics in the Brazilian State of Paraná and its southwestern region during the 20th century

The migratory dynamics and evolution of the Brazilian State of Paraná, specifically in its southwestern region, consisted of three different periods during the 20th century, and played a central role in the region's spatial configuration. Between 1900 and 1940 the region maintained a sparse and scattered population living on a subsistence economy. The state's agricultural frontier grew considerably between 1940 and 1970, and this attracted thousands of workers and their families from other parts of Brazil. It also brought about causing extensive and intensive occupation and appropriation. Between 1970 and 2000 the state of Paraná entered into the process of agricultural modernization already occurring in other parts of the country, and agriculture became subordinated to the industrial sector. This meant a new social and territorial division of labor in southwestern Paraná and caused a rapid and drastic reduction of the rural population. There consequently occurred a process of urbanization and the formation of immense emigratory flows that causing repercussions far beyond the state's borders and into other regions in the country. The objective of this article is to analyze these migratory dynamics in southwestern Paraná, as seen during three different periods. the study is based on exploratory field work carried out in 2008, using semi-structured interviews and bibliographic, documentary and statistical analysis (especially with data from the federal censuses. The author discusses how, during the 20th century, the region's migratory dynamics took place by attracting, reorganizing and ousting large portions of the population.

Keywords: Migratory dynamics. Small farms. Modernization of agriculture. Industrialization. Southwestern Paraná.

Recebido para publicação em 20/06/2010

Aceito para publicação em 30/08/2010

